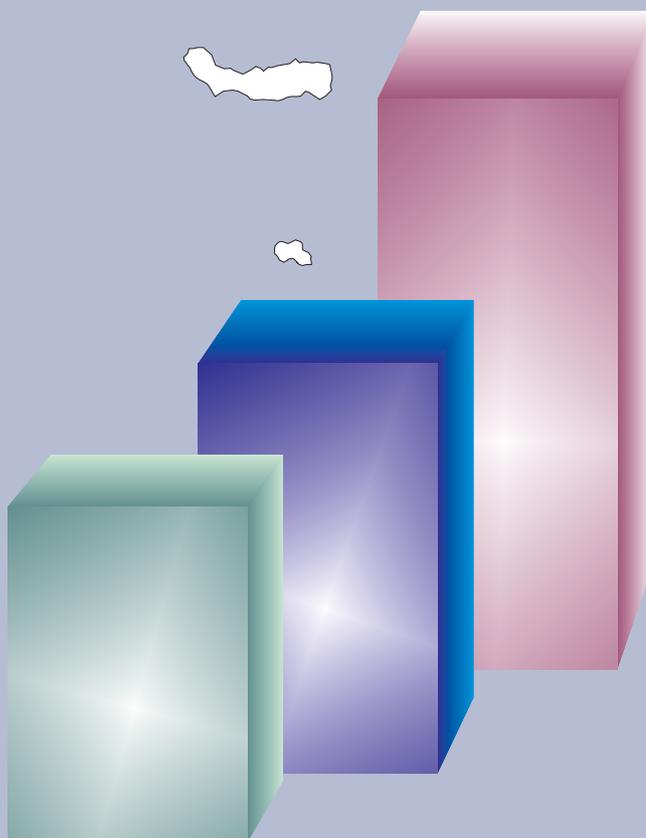
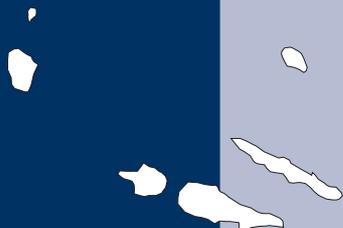




REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Situação Socioeconómica 2015



dezembro

11/2016

ÍNDICE

	Pág.
Introdução	3
0. Contas Regionais.....	5
1. População	9
2. Mercado de Trabalho	13
3. Preços no Consumidor	15
4. Moeda e Crédito.....	17
5. Finanças Públicas	21
6. Agricultura	25
7. Pescas.....	31
8. Energia.....	35
9. Comércio com o Estrangeiro.....	39
10. Turismo	43
11. Transportes.....	47
12. Educação	51
13. Desporto.....	55
14. Cultura	57
15. Saúde.....	61
16. Segurança Social	65
17. Sociedade da Informação	69

INTRODUÇÃO

O Presente documento visa proporcionar uma panorâmica da realidade económica e social da Região Autónoma dos Açores.

Para o efeito apresenta-se informação quantificada relevante e disponível e, sempre que possível, a análise da evolução recente dos diversos domínios e sectores tratados.

Esta publicação está disponível no site:

www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/vp-drpfe/

DRPFE, dezembro de 2016

0. CONTAS REGIONAIS

O valor preliminar de 3 785 milhões de euros do PIB nos Açores, em 2015, representou um crescimento nominal  taxa média anual de 2,1% e real  de 1,7%, sendo superior  registada a nível nacional.

Esta evoluo anual sucede-se  de um crescimento econmico na Região, que foi praticamente coincidente a nível do país, principalmente no período mais agudo do processo de ajustamento financeiro.

Globalmente, a produo econmica a nível regional tem vindo a assegurar o posicionamento da Região Autnoma dos Açores no contexto do país, ao mesmo tempo que também  condicionada por dinâmicas nacionais no âmbito de economias de maior dimensão, particularmente das europeias.

Produto Interno Bruto – (Base 2011), a preços de mercado

Unid.: Milhões de Euros

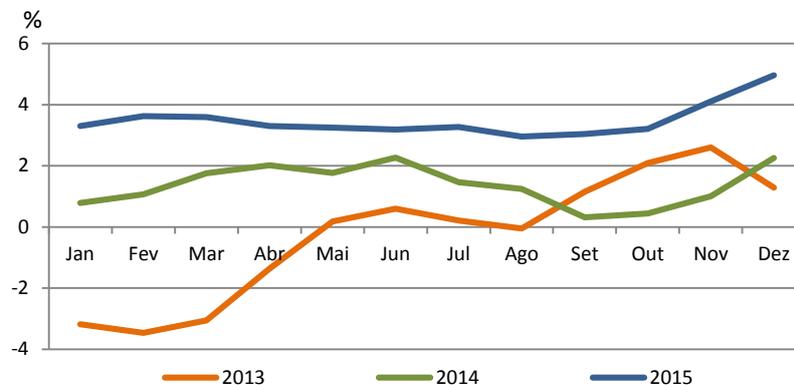
	Açores	País	Açores/País %	PIB per capita (mil euros)	PIB per capita (Pas=100)	PIB per capita PPC (UE28=100)
2008	3 761	178 873	2,10	15,3	90	71,0
2009	3 729	175 448	2,13	15,1	91	74,0
2010	3 836	179 930	2,13	15,5	91	74,0
2011	3 760	176 167	2,13	15,2	91	71,0
2012	3 610	168 398	2,14	14,6	91	70,6
2013	3 663	170 269	2,15	14,8	91	70,3
2014	3 706	173 079	2,14	15,0	90	69,2
2015Pe	3 785	179 540	2,11	15,4	89	68,2

Pe = Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2011).

A evoluo intranual, durante o ano de 2015, acompanhada pelo Indicador de Atividade Econmica do SREA, mostra valores mensais superiores aos dos anos anteriores e, também, revela uma certa acelerao nos últimos meses que  atribuída, essencialmente, ao aumento em indicadores relacionados com o turismo, nomeadamente "Passageiros desembarcados por via aérea" e "Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros".

Indicador de Atividade Económica (IAE)



O VAB regional, a preços correntes, atingiu o valor de 3 301,3 milhões de euros em 2015, prossequindo numa linha de crescimento, cuja trajetória aponta no sentido da retoma económica após a declarada fase recessiva, com variações anuais negativas nos anos de 2011 e de 2012.

Para o registo de crescimento do VAB destaca-se o contributo do ramo de Comércio, Transportes, Alojamento e Restauração pela intensidade e pelos efeitos decorrentes da sua representatividade no âmbito das atividades económicas em geral.

Os ramos de Agricultura e Pescas mais o de Indústrias, Água e Saneamento, grosso modo e em termos mais práticos, das atividades agroindustriais e transformadoras, mantiveram o seu peso no âmbito da produção na região, representando conjuntamente 18,4% do total do VAB em 2015, exatamente o mesmo valor do ano anterior.

O ramo da construção voltou a decrescer, a uma intensidade mais contida, é certo, mas ainda negativa, à taxa média anual de -1,2%. Ao contrário, o ramo do imobiliário, que abrange aluguer, gestão e atividades de agentes para avaliação e comércio de bens imobiliários, continuou a crescer dentro de uma linha de regularidade bem definida.

VAB por Ramos de Atividades Econmicas

Preços Correntes		Unid.: 10 ⁶ euros									
	Total	Agricultura e Pesca	Industrias Agua Saneamento	Construo	Comércio Transportes Alojamento Restauraco	Informaco Comunicao	Financas Seguros	Imobiliário	Técnico Cientifico Apoio Adm.	Administraco Servicos Pub	Outros Servicos
2000	2 127,0	239,9	154,8	166,5	495,9	49,2	79,6	180,9	71,9	638,2	50,1
2001	2 338,2	240,9	161,9	205,0	551,0	56,8	96,0	186,8	78,3	710,0	51,6
2002	2 510,5	254,4	179,3	213,4	598,1	57,3	91,8	208,5	83,9	762,6	61,1
2003	2 607,8	256,2	190,7	203,0	630,6	60,2	104,1	226,0	91,9	784,0	61,1
2004	2708,4	264,6	200,6	216,2	661,2	59,5	100,5	237,1	96,8	812,4	59,6
2005	2 830,4	265,7	213,3	210,6	695,0	63,3	109,6	258,6	104,8	845,6	63,9
2006	2 962,2	260,8	229,4	215,8	732,0	68,3	133,5	271,2	108,4	871,9	71,1
2007	3 124,6	239,1	253,9	239,5	762,0	71,0	140,1	292,7	116,7	927,1	82,7
2008	3 279,4	264,1	257,9	252,0	785,2	74,3	160,0	324,0	123,2	942,8	95,9
2009	3 304,7	261,8	262,3	224,5	803,8	65,9	139,5	342,0	114,9	991,3	98,7
2010	3 374,5	273,1	280,8	204,3	830,3	61,4	125,7	372,6	120,7	1 004,52	101,1
2011	3 291,7	275,0	272,8	189,5	801,8	66,9	118,2	374,1	117,7	970,8	104,9
2012	3 159,1	297,9	271,1	154,5	779,1	60,2	109,6	393,0	108,9	880,4	104,0
2013	3 221,7	299,7	291,0	131,5	782,3	54,7	87,9	419,6	111,4	937,9	105,6
2014	3 240,8	317,8	277,1	123,0	763,1	54,2	97,2	429,5	114,2	955,1	109,6
2015Pe	3 301,3	315,4	291,3	121,5	793,3	55,6	103,7	433,0	117,0	956,8	113,8

Pe: Resultados preliminares.

Fonte: INE. Contas Regional (base 2011).

Os dados disponíveis sobre FBCF, que ainda não incluem valores para o ano de 2015, traduzem-se em 494,2 milhões de euros durante o ano de 2014. Este valor integrar-se- basicamente numa fase de contrao de investimento, mas já revelando indícios de desacelerao na quebra.

Efetivamente, o decréscimo  taxa média anual de -8,7% em 2014,  mais moderado do que o de -14,7 no ano anterior e, ainda mais, do que a quebra máxima de -20,6% durante o ano de 2011, em plena fase aguda da crise.

Este tipo de variao global de atividade condensa os efeitos das atividades dos ramos mais representativos em termos de volumes de investimento, quer em atividades de explorao, quer noutras mais associadas a infraestruturas.

Entretanto, assinala-se, os investimentos nos ramos correspondentes aos sectores primários, de transformao e de construo que registaram acréscimos significativos.

FBCF – Formao Bruta de Capital Fixo

Unid.: milhões de Euros

	Total	Agricultura e Pesca	Industrias gua Saneamento	Construo	Comcio Transportes Alojamento Restauraco	Informaco Comunicao	Finanas Seguros	Imobilirio	Técnico Cientifico Apoio Adm.	Adminis-trao Serviços Pb	Outros Serviços
2000	901,6	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2001	962,8	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2002	995,3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2003	1 123,1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2004	979,2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2005	1 242,3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2006	850,5	17,9	116,3	34,6	253,1	24,7	33,3	139,9	29,4	193,1	8,2
2007	1 055,8	33,7	116,2	52,4	415,8	27,9	19,7	150,8	46,2	180,2	13,0
2008	1 027,5	20,2	119,4	28,4	373,1	52,3	31,0	128,6	23,2	230,6	20,9
2009	968,3	25,1	176,6	19,0	184,3	49,3	20,3	124,5	73,2	279,6	16,3
2010	868,6	39,9	145,6	16,1	200,9	50,3	11,1	98,4	74,1	220,8	11,5
2011	689,6	40,3	107,5	8,1	154,3	35,9	6,9	112,4	29,3	180,5	14,5
2012	634,3	36,2	109,9	17,1	141,9	29,7	4,3	82,5	13,1	193,4	6,3
2013	541,1	33,7	56,1	10,4	106,1	28,1	6,4	73,0	16,7	204,7	5,9
2014	494,2	40,3	70,0	12,1	86,4	30,6	0,8	80,8	26,7	128,0	18,3

Fonte: INE. Contas Regional (base 2011).

O Rendimento Primário obtido através da participao dos agentes econmicos no processo produtivo cifrou-se em 2 786,1 milhões de euros no ano de 2014, sendo a sua principal componente, a de remunerao dos empregados, significativamente mais representativa do que a originada em excedentes de explorao.

Considerando as operaes sobre o Rendimento Primário, líquidas de impostos, contribuices, prestaes sociais e transferências, obtm-se um Rendimento Disponível de 2 790,7 milhões de euros naquele mesmo ano.

Rendimentos

Unidade: Milhões de euros

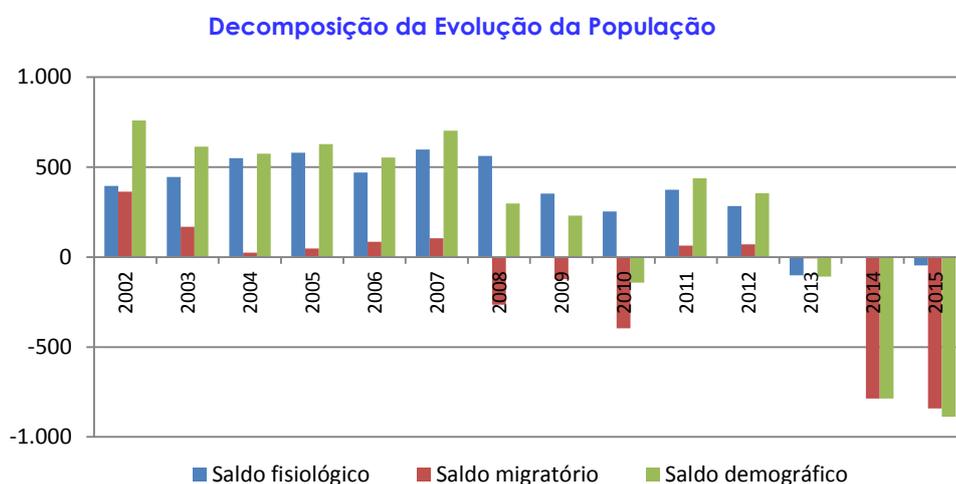
	Rendimento Primário Bruto	Rendimento Disponível Bruto
2000	1 909,4	1 994,6
2001	2 057,2	2 109,6
2002	2 215,4	2 213,4
2003	2 271,9	2 260,8
2004	2 424,3	2 396,3
2005	2 564,4	2 555,7
2006	2 717,2	2 731,7
2007	2 776,3	2 810,7
2008	2 950,6	2 991,9
2009	2 944,4	2 990,6
2010	2 961,3	3 023,3
2011	2 862,1	2 942,3
2012	2 724,7	2 774,5
2013	2 774,5	2 776,9
2014	2 786,1	2 790,7

Fontes: INE. Contas Regionais (base 2011).

1. POPULAÇÃO

A população residente na Região Autónoma dos Açores, segundo as estimativas do INE para o ano de 2015, correspondia ao total de 245 766 pessoas.

Este volume de população representa um decréscimo de 0,36% em relação ao ano anterior, decorrendo sobretudo do saldo migratório, mas também incorporando uma variação negativa no saldo fisiológico.

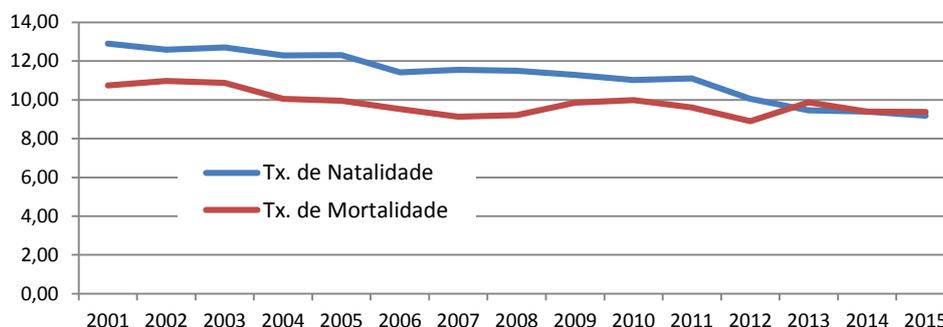


De facto, o decréscimo da população residente ficou a dever-se em cerca de 95% ao saldo migratório, cabendo ao saldo fisiológico a parcela complementar de 5%.

Os saldos fisiológicos registavam tradicionalmente contributos positivos para o crescimento demográfico, minimizando, ou mesmo compensando, saldo migratórios negativos, sujeitos a variações determinadas por mudanças socioeconómicas ou, então, condicionadas por elementos circunstanciais da conjuntura do momento histórico em concreto.

Todavia, a redução da natalidade de forma progressiva começou por implicar margens de crescimento fisiológico menores, atingindo-se nos anos mais recentes saldos nulos ou mesmo negativos.

Evolução das Componentes dos Saldos Fisiológicos



Apesar desta tendência de redução da natalidade mantém-se nos Açores a um nível mais elevado do que o da média nacional.

Concretamente, em 2015, as taxas brutas de natalidade nos Açores e no Continente foram, respetivamente, de 9,2‰ e 8,3‰.

Mortalidade e Natalidade

	‰	
	Açores	Portugal
Tx. bruta de mortalidade.....	9,4	10,5
Tx. bruta de natalidade	9,2	8,3

Fonte: INE, SREA.

No que respeita à mortalidade infantil, em 2015, registou-se uma taxa de 4,4‰, representando um acréscimo em relação ao ano anterior.

O sentido da variação e o nível atingido na taxa de mortalidade infantil resultaram da conjugação das taxas neonatal e pós-neonatal (óbitos de crianças com 28 dias a um ano de vida) que registaram 2,7‰ e 1,7‰, respetivamente.

Mortalidade Infantil

	‰	
	2014	2015
Tx. de mortalidade infantil.....	3,5	4,4
Tx. neonatal	2,2	2,7
Tx pós-neonatal.....	1,3	1,7

Fonte: INE, SREA.

Observando a estrutura etária da populao, verifica-se uma reduo na representatividade do grupo da populao jovem versus os outros dois grandes grupos, destacando-se, todavia, o da populao em idade de reforma.

Efetivamente, em 2015, o grupo etário mais jovem, o de idade inferior a 15 anos, representou 16,4% do total, correspondendo a menos 0,4% em relao ao ano anterior.

Complementarmente, o grupo da populao em idade ativa, dos 15 aos 65 anos, passou a representar mais 0,1% e o grupo em idade de reforma mais 0,3%.

Estrutura Etária da Populao

	%								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Populao com menos 15 anos	19,1	18,8	18,6	18,3	17,9	17,5	17,2	16,8	16,4
Populao dos 15-64 anos	68,5	68,8	69,1	69,2	69,2	69,5	69,8	69,9	70,0
Populao com mais de 64 anos	12,4	12,4	12,3	12,5	12,9	13,0	13,0	13,2	13,5

Fonte: INE.

O número total de 903 casamentos, realizados durante o ano de 2015, representa um acréscimo em relao ao ano anterior. Assinale-se que esta variao positiva interrompe uma sucessão de decréscimos desde 2011.

Em relao aos números de divórcios e de separaoes os dados para 2015 ainda não estão disponíveis.

Nupcialidade

	Unid.: N								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Casamentos	1 304	1 345	1 207	1 214	1 023	944	855	803	903
Divórcios	749	771	787	743	768	728	685	n.d.	n.d.
Separaoes	2	7	8	3	9	6	7	n.d.	n.d.

nd : não disponível.

Fonte: SREA.

2. MERCADO DE TRABALHO

Emprego

Os dados sobre o mercado de trabalho do Inquérito ao Emprego do SREA, para o ano de 2015, confirmaram o sentido da evolução já delineada no ano anterior, prosseguindo o crescimento do volume de emprego e reduzindo o do desemprego.

Considerando esta evolução e, por outro lado, tendo presente que o volume de população total praticamente se manteve estabilizado à volta da mesma ordem de grandeza, conclui-se que se registaram condições mais favoráveis no mercado de trabalho, atingindo um elevado nível de atividade à taxa média anual de 49,4% e um grau de desemprego menos grave do que os dos últimos anos, com a taxa de 12,8% significativamente inferior à de 16,3% em 2014.

Condição da População Perante o Trabalho

	Nº Indivíduos				
	2011	2012	2013	2014	2015
População total	246 095	249 463	246 352	247 535	247 358
População Ativa	120 591	120 640	119 838	121 583	122 315
Empregada.....	106 743	102 221	99 459	101 768	106 715
Desempregada.....	13 848	18 419	20 380	19 815	15 600
Tx. de Atividade (%).....	49,0	48,9	48,6	49,1	49,4
Tx. de Atividade Feminina (%)..	41,1	40,5	41,6	43,1	43,4
Tx. de Desemprego (%).....	11,5	15,3	17,0	16,3	12,8

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Para o crescimento do emprego em 2015, que atingiu a taxa média de 4,8%, contribuiu sobretudo o sector terciário com uma taxa média na ordem de 7%. Já o sector primário registou um decréscimo a uma taxa média anual na ordem de 6%, o que implicou a redução da sua participação no mercado de trabalho, passando a representar 11,4% em 2015, enquanto no ano anterior apresentara 12,7%.

O crescimento do sector secundário situou-se a um nível próximo da média para o conjunto das atividades, continuando a representar 15,5% do total. A intensidade de crescimento deste sector decorreu da evolução nas

indústrias transformadoras, tendo o ramo da construção registado um crescimento positivo mas com expressão mínima e sem efeito significativo para influenciar o ritmo de atividades conexas.

O crescimento no sector terciário incorporou a evolução de serviços com crescimento moderado e regular, mas resultou sobretudo de um impulso em atividades de ordem mais comercial.

População Ativa Empregada por Setores de Atividade

	%				
	2011	2012	2013	2014	2015
Sector Primário	12,7	14,3	12,9	12,7	11,4
Sector Secundário.....	19,9	15,9	14,5	15,5	15,5
Sector Terciário	67,4	69,8	72,6	71,8	73,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

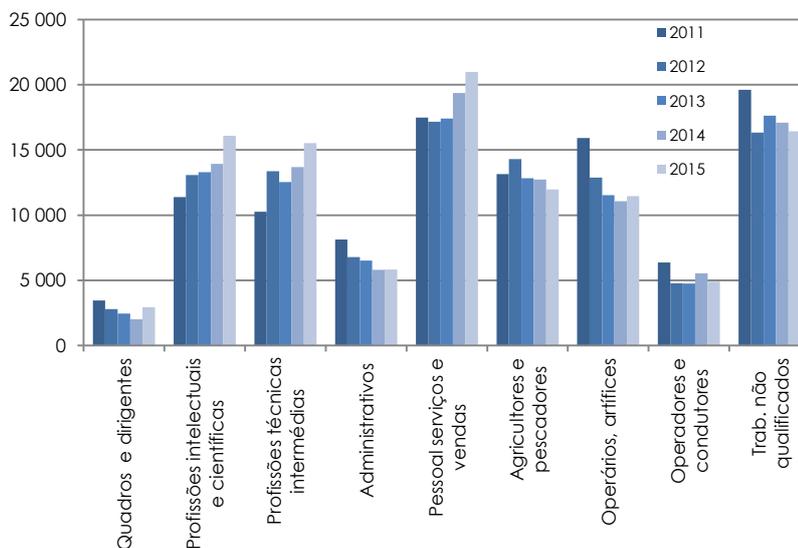
* Nova série.

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Observando a evolução do emprego, segundo as profissões verifica-se que durante o ano de 2015, nomeadamente entre os grupos profissionais mais representativos, é enquadrável nas linhas de tendência de anos anteriores.

Isto é, reforço e alargamento de profissões com maior exigência, complexidade e responsabilidade em contraponto a outras com características de operacionalidade mais direta e imediata.

População Ativa Empregada, por Profissão



3. PREÇOS NO CONSUMIDOR

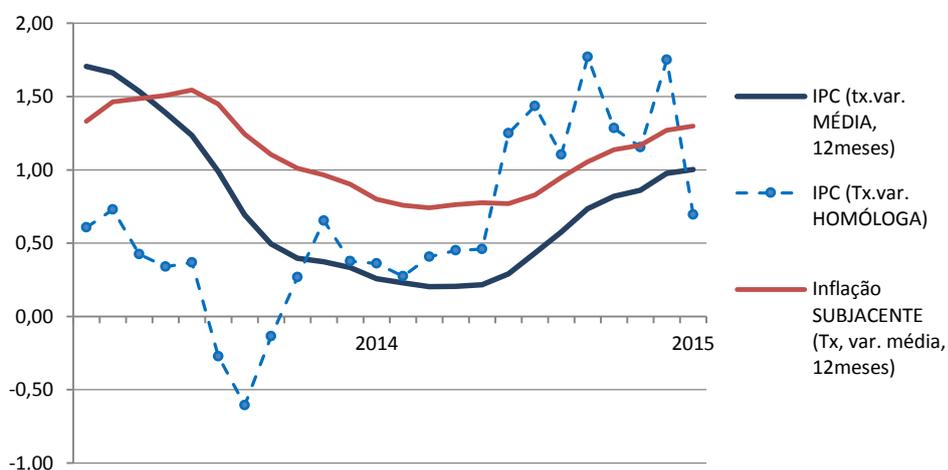
O Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variao média de 1% em 2015 (medida no final do ano – dezembro), que compara a 0,3% no ano anterior.

Observando também o IPC, mas em termos de variao mensal de dezembro de 2015 com o seu homólogo de 2014, obtm-se as taxas de 0,7% e 0,4% respetivamente.

Desta forma, a evoluo dos preços em 2015 revelou um crescimento com sinais de amplitudes moderadas mas que, considerando a trajetória delineada desde o ano anterior, aponta no sentido da inversão de tendência.

O indicador de inflao subjacente, excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, mostra o efeito de reduo do nível de preços em geral, que vem sendo exercido no período em observao.

Evoluo intra-anual do IPC, base 2012
(taxas de variao, %)



As classes que mais contribuíram para o crescimento de preços foram as de Bebidas Alcoólicas e Tabaco, de Comunicaes e, também, de Habitao, gua, Eletricidade, Gás e outros combustíveis.

Por outro lado, as classes que mais contribuíram para a moderao de preços foram as de Transportes, de Vestuário e Calçado e, também, de Lazer, Recreao e Cultura.

Variacão e Contribuio por Classes de Despesa, em 2015

Unidade: %

Classes	Variacão de preços	Ponde-radores (peso)	Contribui-o
1. Alimentares e Bebidas não Alcoólicas.....	0,8	27,7	0,2
2. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	9,8	5,2	0,5
3. Vestuário e Calçado	-1,7	6,1	-0,1
4. Habitao., Águas, Eletricidade, Gás e Outros Combustíveis ..	2,6	8,4	0,2
5. Acessórios, Equip. Domst. e Manuf. Corrente da Habitao	1,2	5,9	0,1
6. Saúde.....	1,3	8,6	0,1
7. Transportes	-2,7	13,7	-0,4
8. Comunicaes.....	4,2	4,7	0,2
9. Lazer, Recreao e Cultura	-0,7	4,5	0,0
10. Educao	2,4	0,9	0,0
11. Hotéis, Cafés e Restaurantes	1,1	6,3	0,1
12. Bens e Serviços Diversos.....	0,7	8,1	0,1
Total	1,0	100,0	1,0 *

*Total não corresponde ao somatório das parcelas, por efeitos de arredondamentos e escala numérica.

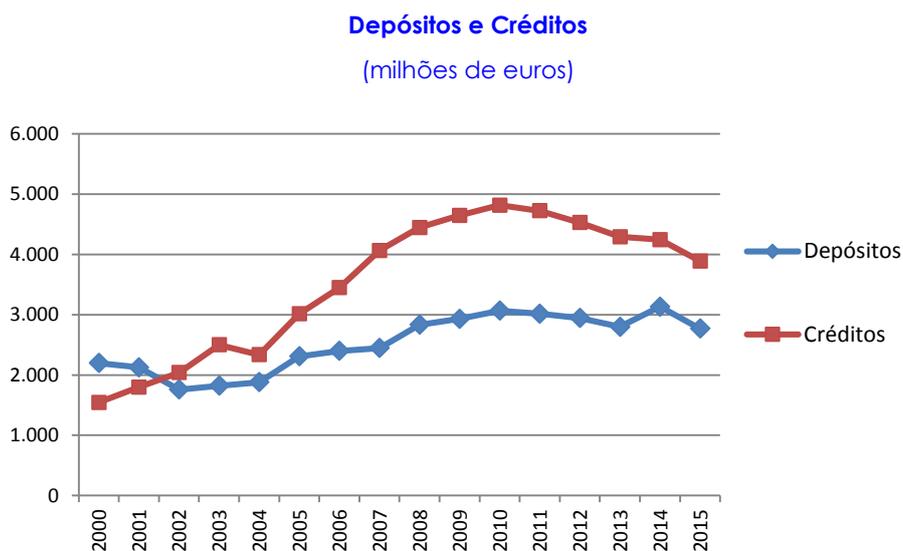
Fonte: SREA.

4. MOEDA E CRÉDITO

A atividade bancária na RAA concedeu créditos, sob a forma de empréstimos aos diversos agentes econmicos, que se traduziram no final do ano de 2015 num montante de 3 889 milhões de euros.

Este valor, em linhas gerais, prosseguiu a trajetória decrescente que já se vinha observando desde 2011.

Por sua vez, os depósitos captados, depois do acréscimo em 2014, voltaram a inserir-se na trajetória também observável a partir daquele mesmo ano de 2011.



A descrio anterior sobre o comportamento das duas variáveis de explorao bancária destaca os sentidos negativos das trajetórias de ambas.

Todavia, as respetivas diferenças de intensidade conduziram ao aumento relativo do grau de transformao de poupanças em investimento.

De facto, o rácio créditos/depósitos traduziu-se em 140,3% em 2015, enquanto no ano anterior fora de 135,5.

Depósitos e Créditos Bancários

10⁶ Euros

Evoluções	Depósitos	Créditos ¹⁾	Créditos/Depósitos (%)
Absoluta			
2010	3 065	4 816	157,1
2011	3 015	4 728	156,7
2012	2 945	4 527	153,7
2013	2 799	4 291	153,3
2014	3 133	4 245	135,5
2015	2 771	3 889	140,3
Relativa Nominal (Δ %)			
2010	+4,6	+3,7	
2011	-1,6	-1,9	
2012	-2,3	-4,1	
2013	-5,0	-5,2	
2014	+11,9	-1,1	
2015	-11,6	-8,4	

1) Não inclui crédito titulado.

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, www.bportugal.pt.

Depósitos

O decréscimo geral de depósitos  compaginável com o desempenho efetivo das atividades produtivas e das condicionantes decorrentes de políticas econmicas de reajustamentos macro a nível do país.

Todavia, a intensidade de variação dos depósitos (taxa média anual de -11,6%) faz admitir a hipótese de um efeito de correção do forte crescimento conjuntural no ano anterior, quando atingiu a taxa média anual de 11,9%.

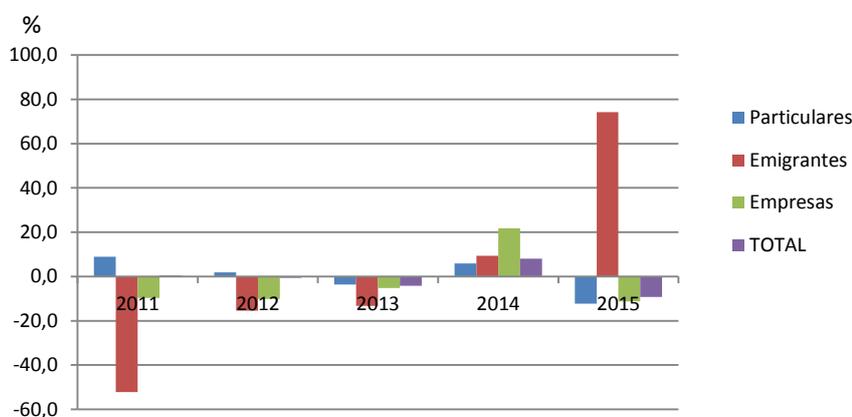
O decréscimo dos depósitos decorreu através da retração de poupanças de pessoas residentes no país e, também, de excedentes de exploração em empresas, já que os de residentes no estrangeiro (emigrantes) registaram, ao contrário, uma expansão.

Este crescimento de depósitos de residentes no estrangeiro atingiu um nível expressivo, como que prosseguindo uma tendência de recuperao já iniciada em momentos anteriores.

Todavia, são os depósitos de residentes no país que, representando cerca de 80% do volume total acabam por determinar o sentido de variável global durante o ano econmico respetivo.

Depósitos bancários por aforradores

(Taxa de variao média anual)



Créditos

A intensidade do decréscimo de créditos em 2015, que atingiu a taxa média anual de -8,4%, corresponde a um desvio significativo face aos sinais de desagravamento que aparentemente vinham sendo revelados, com taxas mdias de variao anual mais moderadas e apontando mesmo no sentido de um certo reequilíbrio.

Todavia, esta reduo de créditos mais acentuada em 2015, será compatível com movimentos no âmbito da economia portuguesa na sua globalidade, já que manteve nesse contexto uma representatividade idêntica, isto , cerca de 1,9% do total.

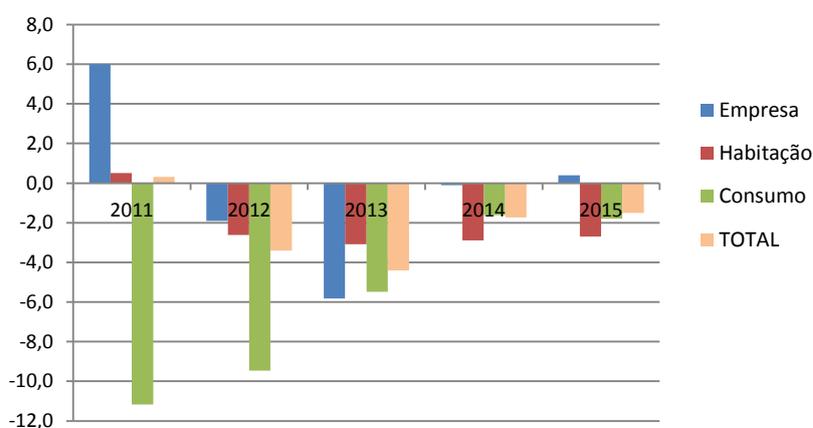
A composio da carteira dos créditos segundo os agentes econmicos continuou a revelar a importância dos empréstimos às famílias para habitao em termos dos seus efeitos para a evoluo geral.

Entretanto, a observao dos elementos no gráfico seguinte induz duas notas mais em evidência:

- o crédito às famílias para consumo, depois de fortes quebras entre 2011 e 2013, está a seguir mais de perto as variações a nível geral;
- o crédito às empresas registou uma variação moderada mas significativa, por ser positiva e, aparentemente, por apontar no sentido de alguma consistência em termos de trajetória de evolução cíclica.

Créditos Concedidos a Agentes Económicos

(Taxa de variação média anual)



Distribuição territorial

Em termos gerais a atividade bancária de 2015 revelou uma certa contenção ou mesmo contração quando observada em termos de evolução média.

Todavia, inserindo-a no âmbito da economia portuguesa, foram realizados níveis de desempenho apreciáveis, ao mesmo tempo que a rede bancária com ajustamentos operacionais manteve disponível uma oferta significativa.

Rede e Cobertura Bancária em 2015

	Unidades	Açores	País	Açores/País (%)
Depósitos.....	10 ⁶ Euros	2 771	205 419	1,3
Créditos.....	10 ⁶ Euros	3 889	200 790	1,9
Balcões.....	Nº	139	4 918	2,8

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, www.bportugal.pt.

5. FINANÇAS PÚBLICAS

Evolução Geral

As despesas correntes mais as de capital e as do plano totalizaram 1 047,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, o que representa um acréscimo nominal de 5,7% em relação ao ano anterior.

A cobertura financeira daquelas despesas e da respetiva evolução distribuiu-se entre as grandes rubricas de receitas fiscais, de transferências e de empréstimos, conforme estrutura observada nos últimos exercícios.

Contudo, no exercício de 2015, se as receitas fiscais, cobrindo 60,9% do financiamento, continuaram a representar a principal fonte de recursos anuais para o orçamento, foi a de empréstimos que se evidenciou em termos de reforço do seu contributo, atingindo 6,6% do total, face a 4,9% no ano anterior.

Já a outra grande fonte de financiamento, a de transferências, manteve a sua representatividade na mesma ordem de grandeza, na casa dos 31%.

Aplicações e Financiamento — Conta da RAA

	Montante (Milhões de Euros)					Estrutura %				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
DESPESAS	1 006,4	1 028,8	1.127,8	990,3	1 047,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Despesas Correntes.....	600,4	575,5	674,6	652,8	664,6	59,7	55,9	59,8	65,9	63,5
Despesas de Capital...	0,9	128,0	80,6	19,8	19,7	0,1	12,4	7,1	2,0	1,9
Despesas do Plano	405,1	325,3	372,6	317,7	362,8	40,2	31,6	33,1	32,1	34,6
RECEITAS (Corr.+Capital)	1 006,7	1 029,5	1.127,8	990,3	1047,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receitas fiscais *	513,9	438,1	562,3	625,6	638,0	51,1	42,6	49,8	63,2	60,9
Transferências	462,3	444,7	445,7	308,8	330,8	45,9	43,2	39,5	31,2	31,6
Empréstimos	23,0	142,0	111,4	49,0	69,0	2,3	13,7	9,9	4,9	6,6
Outras.....	7,5	4,7	8,4	6,9	9,3	0,7	0,5	0,8	0,7	0,9

*Impostos mais taxas, incluindo contribuições para a Segurança Social.

Fonte: Conta da R. A. A., DROT.

Despesas

O acréscimo de 5,7% do agregado de despesas em 2015, decorreu sobretudo do valor registado nas Despesas do Plano, enquanto as despesas correntes registaram um crescimento mais contido e as de capital até decresceram.

De facto, as Despesas Correntes de 664,6 milhões de euros incorporaram uma variao média anual à taxa de 1,8%, enquanto as Despesas de Capital de 19,7 milhões de euros corresponderam a uma taxa de -0,6% no mesmo período.

Despesas – Conta da RAA

Milhares de Euros

Despesas	2013	2014	2015
Despesas Correntes	674 595	652 785	664 570
Despesas com Pessoal.....	304 116	303 731	304 750
Aquisio de bens e Serviços correntes	13 811	13 419	13 593
Encargos correntes da dvida (juros e outros).....	15 135	15 651	14 087
Transferências correntes	331 138	309 031	321 120
Subsídios.....	0	0	0
Outras despesas correntes	10 395	10 953	11 020
Despesas de Capital	80 634	19 785	19 661
Aquisio de bens de capital	272	260	358
Ativos financeiros	0	0	0
Passivos financeiros (amortizaes).....	29 980	19 143	19 143
Transferências de capital	0	0	0
Outras despesas de capital	382	382	160
Despesas do Plano	372 614	317 772	362 792
Contas de Ordem / Operaes extraoramentais	250 518	205 084	227 114
Total	1 378 361	1 195 426	1 274 137

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

Receitas

Os empréstimos (Passivos financeiros), já referidos anteriormente nos parágrafos iniciais, e as transferências com finalidades de investimento constituem as principais componentes para as Receitas de Capital, que somaram 221,7 milhões de euros em 2015, correspondendo a um acréscimo de 24,1% em relação ao ano anterior.

Já as transferências afetas a despesas de consumo fazem parte da rubrica Receitas Correntes, onde também são incluídas as receitas fiscais. Em 2015, aquelas transferências mantiveram um valor nominal idêntico ao do ano anterior, isto é, na ordem de grandeza de 179 milhões de euros. Por sua vez, as receitas fiscais registaram uma evolução que decorreu de diversos Impostos Indiretos, como os aplicados sobre os produtos petrolíferos, o tabaco e outros, visto o imposto mais representativo sobre o consumo, o IVA, ter registado um decréscimo à taxa média anual de 1%.

Receitas – Conta da RAA

Milhares de Euros

Receitas	2013	2014	2015
Receitas Correntes	780 227	810 352	823 478
Impostos diretos.....	229 517	227 361	224 902
Impostos indiretos.....	319 986	381 953	395 147
Contribuições Segurança Social.....	5 089	9 129	10 056
Taxas, multas, outras penalidades	7 689	7 175	7 912
Rendimentos de propriedade	3 544	3 423	4 280
Transferências	212 232	179 599	179 259
Outras receitas	2 179	1 712	1 922
Receitas de Capital	345 268	178 650	221 671
Venda de bens de investimento.....	57	106	507
Transferências	233 439	129 206	151 534
Ativos financeiros	284	233	206
Passivos financeiros.....	111 430	49 000	69 000
Outras receitas de capital.....	58	105	424
Outras receitas/ Reposições não abatidas nos pagamentos	1 683	1 316	2 017
Saldo da gerência anterior	693	38	15
Contas de Ordem/ Operações extraorçamentais ..	253 230	202 156	226 849
Total da Receita	1 381 111	1 192 512	1 274 030

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

Saldos

As operaoes correntes durante o ano de 2015, registando receitas de 823,5 milhões de euros e despesas de 664,6 milhões de euros, geraram um saldo de 158,9 milhões de euros.

Por outro lado, o saldo de capital, também incluindo aqui as operaoes de investimento do plano, cifrou-se num resultado de -158,8 milhões de euros.

Sendo assim, obtm-se um saldo global de 0,1 milhões de euros que, sendo agregados aos 14,1 milhões de euros de juros e encargos do serviço da dvida, implicam um saldo primário de 14,2 milhões de euros.

Saldos – Conta da RAA

Milhões de Euros

	2012	2013	2014	2015
Saldo Corrente	4,7	105,6	157,6	158,9
Saldo de Capital	-4,0	-105,6	-157,6	-158,8
Saldo Global	0,7	0,0	0,0	0,1
Saldo Primário	16,0	15,1	15,6	14,2

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

Dvida Pública Direta

No exercício de 2015, a dvida pública direta da Região Autnoma dos Açores cifrou-se em 558 444 mil euros, distribuindo-se cerca de 94% a longo prazo e a parcela complementar a prazo mais imediato.

Já o serviço da dvida em juros e outros encargos mais as amortizaoes respetivas totalizou 33 230 mil euros.

Dvida Pública Regional

Mil Euros

	2012	2013	2014	2015
Dvida Pública Direta.....	412 280	443 730	473 587	558 444
Serviço da Dvida	142 605	45 115	34 794	33 230
Juros e outros encargos	15 291	15 135	15 651	14 087
Amortizaoes	127 314	29 980	19 143	19 143

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

6. AGRICULTURA

Na cultura permanente do chá destaca-se o crescimento de produção que terá decorrido de melhores condições, a traduzirem-se em acréscimos de produtividade, já que a superfície cultivada se tem mantido a mesma.

Nas culturas temporárias a batata comum apresenta resultados mais conseguidos do que a batata-doce, registando acréscimos de produção em superfícies com áreas idênticas ou, mesmo, menores.

O milho forrageiro, um exemplo de cultura temporária mais associável às agroindústrias, voltou a registar um aumento de produção significativo, assente em melhorias de condições de produção nos últimos 2 anos e, também, prosseguindo a expansão da superfície cultivada que se observa desde 2012.

Produção das Principais Culturas, R.A.A.

	Superfície (ha)				Produção (ton)			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Batata.....	584	601	599	593	8 685	9 896	11 142	11 778
Batata-doce.....	54	57	60	62	1 075	1 129	1 178	1 125
Beterraba Sacarina	371	382	354	100	18 894	9 891	13 320	5 761
Milho Grão.....	239	238	238	242	451	422	446	424
Milho forrageiro.....	7 824	9 161	9 342	11 202	267 373	225 648	270 775	333 300
Tabaco.....	31	32	44	60	83	77	108	141
Chá.....	37	37	37	37	95	95	120	157

Fonte: INE.

Dos 10 368 hectolitros de vinhos produzidos na Região Autónoma dos Açores, durante o ano de 2015, a componente mais extensa é formada por diversos tintos.

Já os 2 134 hectolitros de vinhos brancos corresponderam a cerca de 1/5 da produção total e caracterizam-se por abranger diversos vinhos de castas reconhecidas e com classificações de qualidade nos respetivos circuitos de produção, de comercialização e dos mercados na sua globalidade.

Produo de vinhos, R.A.A. - 2015

Unidade: hl

	Branco	Tinto*	Total
Licoroso com DOP.....	459	4	463
DOP - Denominao de Origem Protegida.....	1 318	0	1 318
IGP - Identificao Geográfica Protegida.....	289	1 331	1 620
Com Indicao de Casta.....	0	0	0
Sem Indicao de Casta.....	68	6 899	6 967
Total.....	2 134	8 234	10 368

* Pode incluir vinhos tipo rosado.

Fonte: INE.

O volume de leite recebido nas fábricas atingiu cerca de 610 milhões de litros durante o ano de 2015, o que representa um crescimento  taxa média anual de 5,3%.

As fábricas, por sua vez, no mesmo ano, colocaram nos diversos mercados cerca de 143 milhões de litros de leite para consumo e de 58,9 mil toneladas de produtos lácteos.

A colocao pelas fábricas das suas produoes nos diversos mercados tem revelado evoluoes comparáveis  da respetiva entrada de matéria-prima.

Todavia, a composio da tipologia das produoes de laticínios vendidas mostra algumas variaoes mais evidentes. Por exemplo, o leite para consumo tem mantido crescimentos significativos com taxas superiores  média.

Produo e Transformao de Leite

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Leite recebido nas fábricas (1000 lt.)	515 728	540 199	535 417	547 576	565 951	536 074	579 155	610 097
Leite p/consumo (1000 lt).....	84 069	99 410	99 105	114 240	118 128	123 938	128 596	142 952
Produtos lácteos (ton.s).....	53 416	53 991	53 827	53 816	56 218	51 735	56 408	58 935
Manteiga.....	8 300	8 636	8 070	8 764	9 869	8 835	10 023	11 509
Queijo.....	29105	28 948	28 354	28 958	30 292	28 256	29 621	28 152
Leite em P.....	15692	16 102	17 067	15 789	15 687	14 273	16 389	18 886
logurtes.....	316	305	336	306	371	371	375	387

Fonte: SREA.

A produção agregada de carne de bovinos, de suínos e de aves, registou um volume de cerca de 25 mil toneladas em 2015.

Este volume representa um decréscimo em relação ao ano anterior, decorrendo da componente de carne de animais vivos exportados.

As outras componentes registaram variações positivas e com alguma expressão, excetuando-se o caso de abate de aves com um acréscimo anual de apenas 0,5%.

Produção de Carne

	Ton							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gado bovino abatido.....	10 448	11 565	11 645	12 530	12 624	13 152	12 281	13 544
Gado bovino exportado vivo	8 436	5 511	5 200	5 077	4 266	4 525	4 556	1 374
Subtotal	18 884	17 076	16 845	17 607	16 890	17 677	16 837	14 918
Gado suíno abatido.....	5 706	4 655	4 827	5 136	5 492	4 906	5 416	5 537
Aves (abate)	4 230	4 304	4 546	4 590	4 453	4 724	4 752	4 778
Total	28 820	26 035	26 188	27 334	26 834	27 307	27 005	25 233

Fonte: SREA.

As 11 825 explorações agrícolas, contabilizadas pela IEEA – Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas do INE no ano de 2013, ocupavam uma superfície agrícola útil – SAU de 118 589 hectares.

Com estes dados obtém-se uma superfície média por exploração de 10,0 hectares, situando-se a um nível superior ao de outras terras de minifúndio, mas sem atingir os 13,8 hectares do conjunto do país.

No que respeita à produção das mesmas explorações o inquérito estimou um Valor de Produção Padrão Total de 419 382 mil euros. Com este valor monetário, estimado em função de preços de venda à porta das explorações, calcula-se um rácio por exploração de 35,5 milhares de euros, que é significativamente superior ao de 17,1 para o conjunto do país.

Desta forma verifica-se que a dimensão relativamente reduzida quando medida em termos físicos (ha) não impede uma DE – Dimensão Económica significativa no contexto de Portugal.

Dimensão das Exploraes

Classes	Exploraes (n)	SAU (ha)	SAU média por explorao (ha/expl.)	VPPT (10 ³ euros)	DE (10 ³ euros/expl.)
Portugal	264 419	3 641 592	13,8	4 522 865	17,1
Continente	240 527	3 517 740	14,6	4 017 734	16,7
Norte	98 824	646 610	6,5	927 510	9,4
Centro	86 291	558 021	6,5	1 212 801	14,1
Lisboa	6 128	74 366	12,1	307 504	50,2
Alentejo	37 727	2 146 508	56,9	1 436 362	38,1
Algarve	11 557	92 234	8,0	133 556	11,6
Açores	11 825	118 589	10,0	419 382	35,5
Madeira	12 068	5 262	0,4	85 749	7,1

Fonte: INE, Inquérito  Estrutura das Exploraes Agrícolas.

Do total de 11 825 exploraes agrícolas, 6 878 especializaram-se na bovinicultura fazendo o maneio de 257 milhares de cabeças de gado. Assim obtm-se uma média de 37,4 cabeças de gado por explorao, enquanto o encabeçamento medido pelo mesmo rácio a nível do país corresponde a 34,5 animais.

As 4 948 exploraes que utilizam trator correspondem a 41,8% do total.

Indicadores das Exploraes

Classes	Bovinicultura			Exploraes que utilizam trator (n)
	Exploraes (n)	Cabeças (10 ³ n)	Encabeamento (n cab./expl.)	
Portugal	40 733	1 407	34,5	212 549
Norte	19 195	323	16,8	86 381
Centro	8 413	169	20,1	77 212
Lisboa	479	36	75,2	5 191
Alentejo	4 414	607	137,5	29 630
Algarve	319	11	34,0	8 779
Açores	6 878	257	37,4	4 948
Madeira	1 035	5	4,4	410

Fonte: INE, Inquérito  Estrutura das Exploraes Agrícolas.

Dos cerca de 35 milhares de pessoas da população agrícola familiar, há 3,5 milhares a trabalhar a tempo completo, 18,4 milhares a tempo parcial e, ainda, 12,7 milhares sem atividade.

O volume total de população agrícola tem vindo a diminuir, envolvendo mesmo os que trabalham a tempo inteiro. O decréscimo destes últimos no período de apuramento de dados, entre 2009 e 2013, atingiu cerca de 14%.

Apesar da redução significativa, em 2013 a população agrícola nos Açores representava 14,0% da população residente, enquanto no país representava 6,5%.

O trabalho agrícola baseia-se em estruturas agrícolas familiares que utilizam trabalhadores permanentes assalariados de forma mais restrita e complementar. Nos Açores foram contabilizados 1 932 assalariados, enquanto familiares a tempo inteiro correspondiam a 3 536 indivíduos.

População e mão-de-obra

NUTS II	Estimativas da população residente (2013) (nº)	População agrícola familiar				Trabalhadores permanentes assalariados (nº ind.)
		Total (nº)	Sem atividade (nº)	Tempo parcial (nº)	Tempo completo (nº)	
Portugal	10 427 301	674 573	108 742	487 761	78 069	60 562
Continente	9 918 548	604 926	86 691	446 753	71 483	57 217
Norte	3 644 195	263 070	37 055	188 615	37 400	19 016
Centro	2 281 164	222 772	25 683	175 061	22 029	12 458
Lisboa	2 807 525	14 886	3 366	9 284	2 236	4 082
Alentejo	743 306	79 739	17 340	54 698	7 701	18 516
Algarve	442 358	24 460	3 247	19 095	2 117	3 145
Açores	247 440	34 670	12 720	18 414	3 536	1 932
Madeira	261 313	34 977	9 331	22 595	3 051	1 413

Fonte: INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas.

Os indicadores laborais mostram que as explorações agrícolas nos Açores têm uma dimensão mínima de 0,9 Unidades de Trabalho Ano (UTA) e, ao mesmo tempo, revelam níveis de eficiência significativos, seja em relação

à superfície agrícola utilizada (SAU), com 9,4 UTA/SAU, seja em relação a cabeças normais de bovinos, com 5,5 UTA/CN.

Em termos de produtividade o rácio de 37,4 mil euros por UTA situa-se ao nível máximo das regiões NUTS II de Portugal.

Indicadores Laborais

	UTA	UTA média por exploração (UTA/expl.)	VPPT médio por UTA (10 ³ euros/UTA)	UTA média por SAU (UTA/100 ha)	UTA média por CN (UTA/100 CN)
Portugal	328 658	1,2	13,8	9,0	16,1
Norte	137 402	1,4	6,8	21,2	39,1
Centro	97 280	1,1	12,5	17,4	17,0
Lisboa	11 107	1,8	27,7	14,9	16,9
Alentejo	47 087	1,2	30,5	2,2	5,8
Algarve	11 801	1,0	11,3	12,8	61,6
Açores	11 206	0,9	37,4	9,4	5,5
Madeira	12 775	1,1	6,7	242,8	136,4

Fonte: INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas.

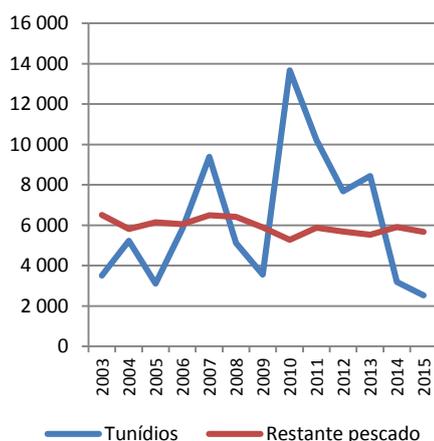
7. PESCAS

O volume de pescado descarregado nos portos de pesca, durante o ano de 2015, totalizou 8,2 mil toneladas, representando um decréscimo em relao ao ano anterior. Esta variao decorreu principalmente da espécie de tundios, já que as restantes variedades de pescado também decresceram, mas mantiveram-se relativamente próximas do patamar estabilizado  volta de 6 mil toneladas nos últimos anos.

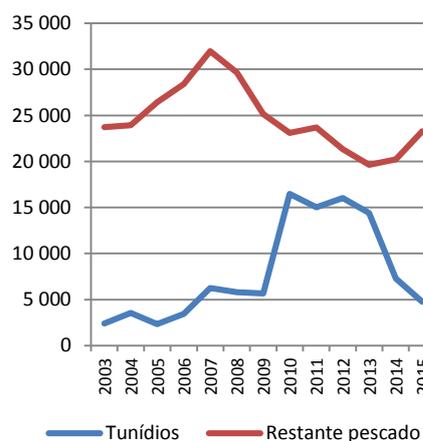
Por outro lado, estas variedades de pescado registaram uma valorizao no mercado, atingindo um total de vendas de cerca de 23 milhões de euros em 2015, quando no ano anterior se ficara na casa dos 20 milhões de euros.

Pescado Descarregado nos Portos de Pesca

VOLUME Tons



VALOR Mil €



A valorizao das diferentes variedades condiciona a sua representatividade no conjunto das safras anuais e, atendendo a limites físicos de ordem ecológica e de gestão de stocks, o próprio posicionamento das pescas no âmbito das atividades econmicas em geral. Por exemplo, a espécie do goraz  a mais representativa, atingindo 16% do total de vendas em euros, face a um volume de apenas 5% das toneladas descarregadas. Sendo assim o seu preço por quilo atinge 13,5 euros face ao preço médio de 4,1 euros para o conjunto das variedades.

Entretanto há alterações nos preços das diversas espécies que se repercutem nas respetivas valorizações. Por exemplo a espécie imperador atingiu em 2015 o preço de 17,3 euros por quilo, mas há poucos anos atrás situava-se na ordem de 11 euros por quilo.

Principais Espécies Descarregadas, 2015

	Toneladas	Mil Euros	Euro/Kg
Abrótea.....	234	869	3,7
Boca Negra	256	1 329	5,2
Cherne	114	1 725	15,1
Chicharro.....	873	1 106	1,3
Goraz.....	276	3 732	13,5
Imperador.....	31	537	17,3
Lula.....	202	1 317	6,5
Mero	28	258	9,0
Pargo.....	153	1 506	9,9
Peixão.....	425	2 697	6,4

Fonte: SREA.

A composição segundo as principais espécies descarregadas nos portos açorianos contribui para uma valorização global significativa no contexto da economia portuguesa.

É neste sentido que se enquadra o facto de em 2015 o pescado descarregado representar 5,8% do volume total nacional, mas atingir uma quota de 10,7% quando medido em valor.

Principais Categorias de Espécies Descarregadas, 2015

	Açores		Portugal		Açores/Portugal (%)	
	Tons	Mil euros	Tons	Mil euros	Tons	Euros
Peixes marinhos.....	7 842	25 780	120 757	187 725	6,5	13,7
Crustáceos.....	40	505	750	11 455	5,3	4,4
Moluscos.....	277	1 746	19 170	60 522	1,4	2,9
Água doce e outros.....	5	1	154	1 282	0,0	0,0
Total	8 164	28 033	140 831	260 984	5,8	10,7

Fonte: INE.

A dimensão da frota de pesca açoriana em 2015 traduzia-se em 604 embarcaes licenciadas, com uma arqueao bruta de 8 467 unidades padrão e uma motorizao instalada de 45,0 mil KW de potência.

Estes dados são reveladores de embarcaes que, simultaneamente, se encontram dimensionadas para as fainas operacionais de pesca e capacitadas para exigências de navegao.

Embarcaes, 2015

	Açores	Portugal	Açores / Portugal (%)
Número	604	4 188	14,4
Arqueao bruta	8 467	79 336	10,7
Potência (Kw)	45 005	287 593	15,6

Fonte: INE.

Observando a distribuio de licenças por arte de pesca em 2015, destaca-se o predomínio na utilizao do anzol, que atingiu 1 592 autorizaes, num total de 2 632.

Licenças por Arte de Pesca, 2015

	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Anzol	1 592	10761	14,8
Armadilhas.....	156	2 802	5,6
Arrasto	5	793	0,6
Cerco.....	130	334	38,9
Redes.....	748	6 236	12,0
Outras artes	1	483	0,2
Total.....	2 632	21 409	12,3

Fonte: INE.

O total de 3 151 pescadores inscritos corresponde a cerca de 19,9% dos respetivos recursos humanos do país.

A sua distribuio por grandes espaços operacionais mostra uma certa afetao predominante ao nível local, não se tendo registado qualquer inscrio na pesca o largo.

Pescadores, 2015

	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Local.....	1 971	6 810	28,9
Costeiro.....	1 180	8 450	14,0
Largo.....	0	579	0,0
Total.....	3 151	15 839	19,9

Fonte: INE.

A atividade laboral daqueles pescadores foi restringida em 2 950 dias de incapacidade operacional e a sinistralidade atingiu com ferimentos um total de 62 pescadores.

A gravidade destes indicadores situa-se a um nível moderado se se considerarem as proporções de meios materiais e humanos envolvidos.

Sinistralidade e Dias de Incapacidade, 2015

	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Mortos.....	0	11	0,0
Feridos.....	62	909	6,8
Dias de incapacidade.....	2 950	33 185	8,9

Fonte: INE.

8. ENERGIA

Eletricidade

A oferta de 791,3 GWh pelo sistema electroprodutor regional incorpora um acréscimo de produo durante o ano de 2015 que, após quatro anos consecutivos de reduo, se traduziu numa taxa de variao média de cerca de 0,3%.

Por outro lado, a procura agregada dos consumos pelas famílias, empresas e entidades públicas somou um volume total de 721,7 GWh, traduzindo-se numa taxa de crescimento de 0,5% naquele mesmo ano.

Desta forma, com um crescimento da procura superior ao da oferta produzida, observou-se um ganho em termos de eficiência global. De facto, em 2015, o volume de perdas de 69,6 GWh voltou a representar um valor inferior ao do ano anterior, mesmo em termos absolutos.

Eletricidade – Balanço

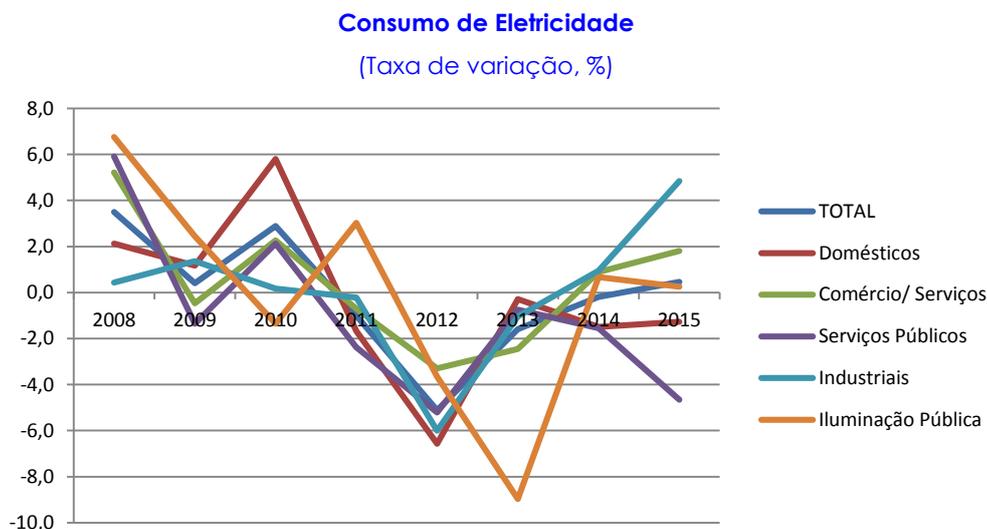
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Produo	823,7	829,1	849,8	840,0	804,6	792,5	788,9	791,3
Perdas	70,0	72,4	71,2	69,2	73,3	72,8	70,5	69,6
Consumo	753,7	756,7	778,6	770,8	731,3	719,7	718,4	721,7

GWh

Fonte: EDA.

A evoluo da procura em 2015 também prosseguiu na linha do padrão do ano anterior.

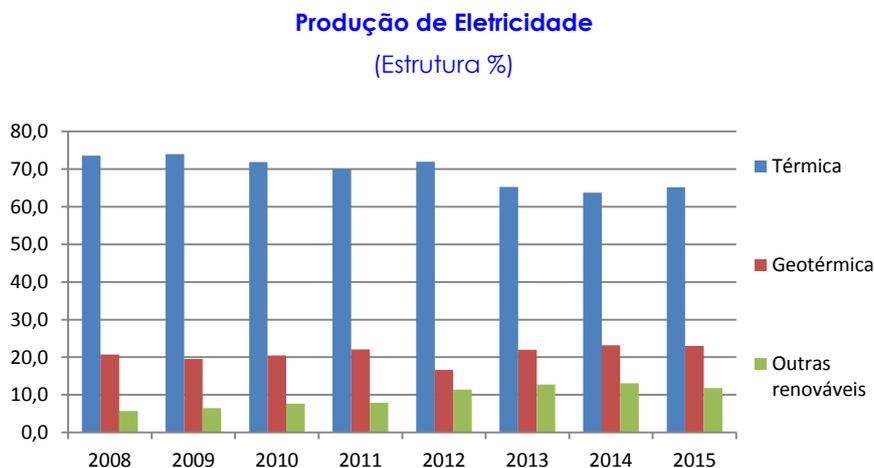
De facto, os novos acréscimos nos consumos de comércio/serviços e de indústrias foram decisivos para o crescimento da procura, já que os consumos domésticos e, principalmente, os de serviços públicos voltaram a registar reduo traduzidas em taxas mdias de variao anuais negativas.



Para a satisfação do acréscimo de procura contribuiu de forma significativa a eletricidade produzida por tecnologia térmica, até porque se registaram mesmo quebras de produção em fontes de energia renovável.

De facto, o volume de eletricidade com origem em centrais térmicas representou 65,2% do total em 2015, enquanto no ano anterior representara 63,7%.

Quanto às quebras de produção em energias renováveis, segundo próprio relatório da EDA, o ano de 2015 foi um ano com menos chuva e menos vento. Desta forma, a energia eólica diminuiu cerca de 15% e a hídrica subiu cerca de 2% só porque entrou em funcionamento a Central Hídrica de Além Fazenda na ilha das Flores, que tinha estado parada para obras de ampliação e renovação.



A distribuico da produico segundo as diversas ilhas reflete aspetos de dimensão e de composico dos respetivos sistemas eletroprodutores.

Em 2015, a reduico de energia a partir de fontes renováveis verificou-se na generalidade das ilhas. Entretanto, devido  importância da produico hídrica e  reentrada em funcionamento da Central Hídrica de Além Fazenda, a ilha das Flores continuou a revelar uma elevada representatividade de fontes renováveis, muito próxima da mdia regional de 34,8%. Contudo, o peso estrutural das renováveis atinge a sua maior representatividade na ilha de São Miguel onde regista mais de metade do total, particularmente por via da geotermia.

A distribuico do consumo pelas ilhas apresenta-se mais padronizada e, particularmente em 2015, mais estabilizada com um consumo médio a manter-se, já que o consumo total cresceu de forma concomitante ao número de consumidores (instalaices).

Distribuico por Ilhas - 2015

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	RAA
Produico total (GWh)	20,7	421,8	199,8	13,9	28,3	45,2	48,3	11,7	1,6	791,3
Produico renovável (%)....	12,6	52,4	15,7	0,0	14,3	13,7	13,6	34,7	0,0	34,8
Consumidores (n de instalaices)*	3 776	62 636	27 125	3 239	5 769	9 542	7 959	2 437	276	122 759
Consumo médio (MWh / n instalaices).....	4,9	6,2	6,6	3,9	4,5	4,2	5,4	4,3	5,0	5,9

* Dados do ano de 2015.

Fonte: EDA.

Balanço Energético

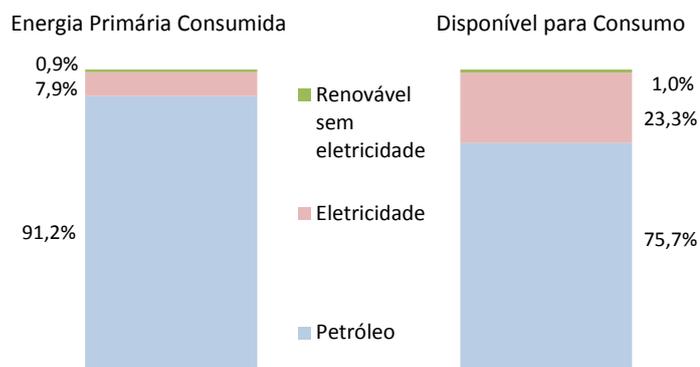
A energia primária consumida nos Açores traduziu-se num volume total de 335,7 mil teps durante o ano de 2014 segundo cálculos da Direico-Geral de Energia e Geologia.

As fontes constituídas por combustíveis fósseis (petróleo e derivados) têm vindo a perder algum peso estrutural em contrapartida de outras mais limpas, mas a sua representatividade ainda corresponde a mais de 90%.

As fontes de energias renováveis de eletricidade constituídas pela geotermia, eólicas e hidroelétricas somaram 26,5 mil teps, representando 7,9% do total. Outras fontes de energias renováveis sem eletricidade, como a solar por exemplo, representam um valor residual.

Na energia já disponível para consumo final, isto é, passando a considerar o sistema electroprodutor, a eletricidade representou 23,3% do total, petróleo e derivados 75,7% e outras formas 1%.

Balanço Energético – Oferta - 2014



Os transportes continuam a revelar-se como os maiores utilizadores finais da energia disponível para consumo, atingindo uma quota de 45,6% que é abastecida em absoluto (100%) por energia primária de combustíveis fósseis de petróleo.

Sectores de diversas atividades de produção, desde agricultura a indústrias, também são grandes consumidores de combustíveis fósseis, mas já incluem alguma diversificação por fontes alternativas de energia.

O sector doméstico apresenta a distribuição por fontes de energia mais equilibrada, no sentido de que nenhuma é dominante com mais de 50%.

Já os serviços evidenciam-se como os grandes consumidores de eletricidade, que em 2014 atingiu 82,9% do total por fontes de energia.

Balanço Energético – Procura - 2014

Consumo Final de Energia

Unidade: %

Quota de Procura	Sectores	Distribuição por fontes			
		Petróleo	Eletricidade	Outras	Total Geral
45,6	Transportes.....	100,0	0,0	0,0	100,0
16,2	Doméstico.....	44,8	48,9	6,3	100,0
13,3	Serviços	17,1	82,9	0,0	100,0
11,9	Indústrias.....	71,0	27,4	1,6	100,0
3,2	Construção e O.P.....	85,7	14,3	0,0	100,0
7,6	Agricultura	95,5	4,4	0,1	100,0
2,2	Pescas.....	90,6	9,4	0,0	100,0
100,0	Total.....	75,7	23,3	1,0	100,0

Fonte: Direcção Geral de Energia e Geologia.

9. COMÉRCIO COM O ESTRANGEIRO

As importações de bens totalizaram 131,9 milhões de euros durante o ano de 2015, o que representa um decréscimo nominal de 3,4% em relação ao ano anterior.

Já o total de 104,1 milhões de euros de exportações de bens incorpora um acréscimo nominal de 9,2% no mesmo período.

Sendo assim, a evolução das trocas comerciais com países estrangeiros proporcionou um grau de cobertura maior das exportações em relação às importações, que se traduziu numa taxa de 79,0% em 2015, enquanto no ano anterior fora de 69,9%.

Comércio Internacional de Mercadorias

1 000 Euros

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Importações	230 549	179 197	203 999	190 982	136 522	131 864
Exportações	83 082	117 116	109 670	124 443	95 368	104 120
Total	313 631	296 314	313 668	315 426	231 890	235 984
Taxa de Cobertura (%)	36,0	65,4	53,8	65,2	69,9	79,0

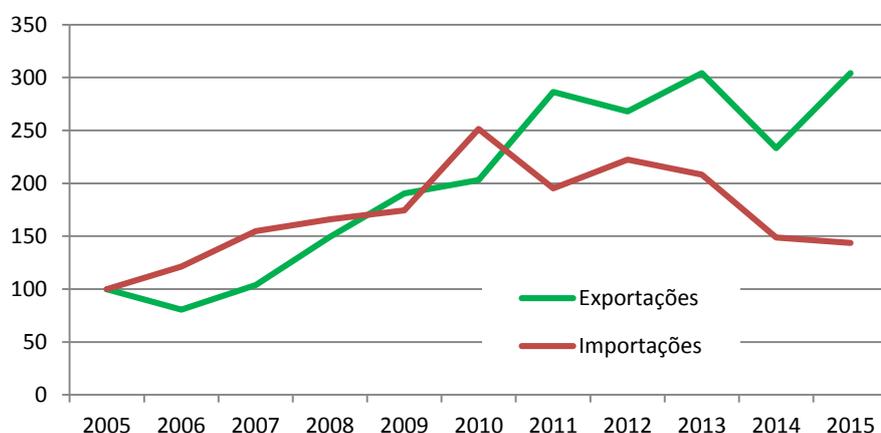
Fonte: INE, Base de dados: definitivos até 2014 e provisórios para 2015.

Esta evolução durante o ano de 2015 aproxima-se das situações observadas nos últimos anos, com as variações das vendas para o estrangeiro a manterem-se a níveis relativamente mais elevados do que as variações de compras a fornecedores do estrangeiro.

Efetivamente, conforme se pode observar no gráfico seguinte, com as importações e exportações a preços correntes, mas representadas através de um índice com base em 2005, há uma evidência a partir de 2011 de uma progressão mais acentuada das exportações

Importações e Exportações a preços correntes

Índice base 2005=100

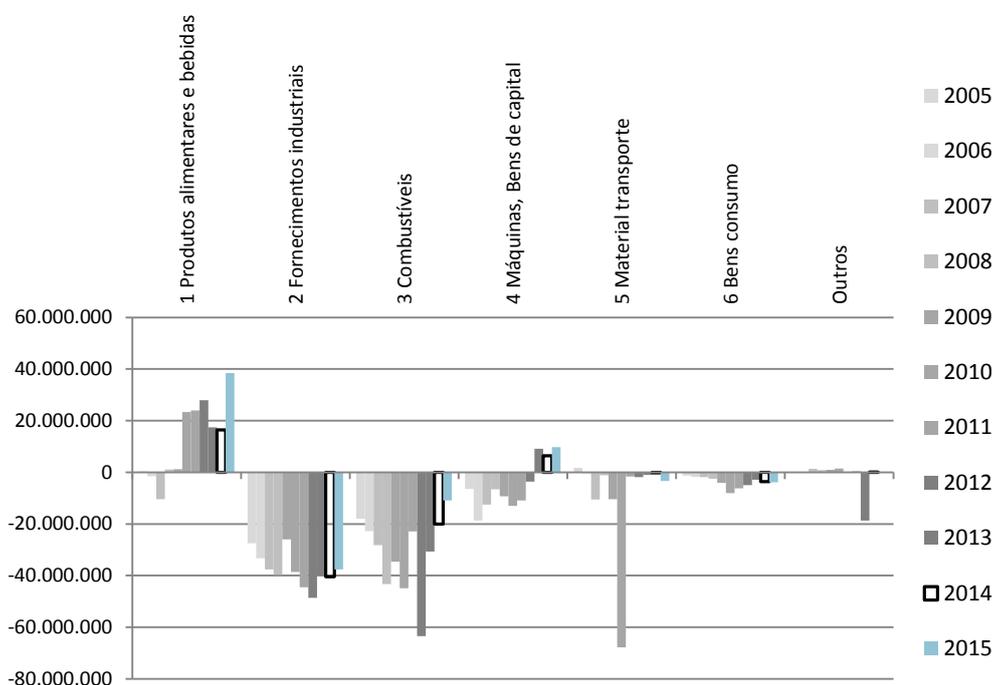


Os produtos alimentares e bebidas agregam a componente mais expressiva das trocas com o exterior e com características de especialização comercial exportadora evidenciadas através de saldos anuais positivos.

Os fornecimentos industriais estão mais associados a despesas de investimento e com volumes que se têm mantido na ordem de 40 milhões de euros de déficite.

Já os combustíveis e lubrificantes desempenham, principalmente, funções de abastecimento interno. O desagravamento do seu saldo comercial poderá beneficiar de alguns fatores de racionalidade em consumos e produções de energia a nível interno, mas as quebras de preços de petróleo nos mercados internacionais serão elementos geradores de efeitos mais imediatos em termos do valor das importações em relação às exportações e, conseqüentemente, no próprio grau de cobertura das trocas com o exterior na sua globalidade e já referido/constatado anteriormente, nos parágrafos iniciais.

Comércio Internacional, saldos por grandes categorias

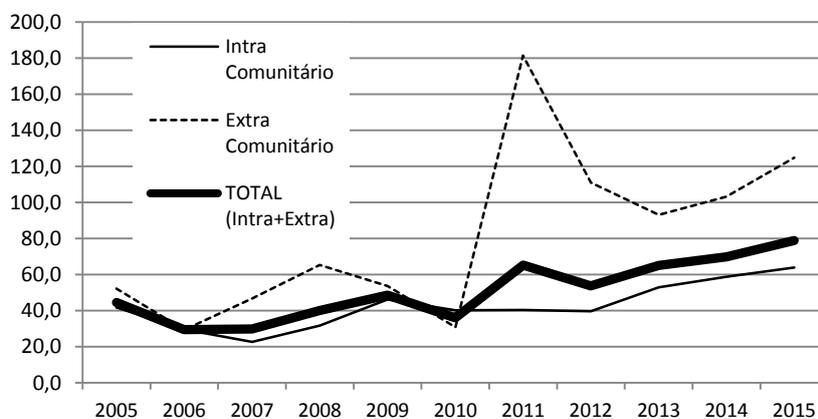


A evolução do comércio internacional segundo os grandes espaços, intra e extracomunitários, prosseguiu dentro do já observado no ano anterior.

As trocas no espaço extracomunitário registaram níveis de cobertura maior e com progressão relativamente mais favorável.

As trocas intracomunitárias voltaram a condicionar de forma mais evidente a evolução do agregado global (intra + extra), devido à dimensão da representatividade que atinge.

Taxas de cobertura, por grandes espaços



10. TURISMO

A procura turística na hotelaria (tradicional mais turismo em espaço rural) atingiu 1,3 milhões de dormidas durante o ano de 2015, representando um crescimento à taxa média de 19,5%.

Pelo lado da oferta disponível, medida pela capacidade mensal de 9 592 camas em média, registou-se um crescimento à taxa média de 2,6%.

Sendo assim, para além de um aumento da capacidade da oferta verificou-se um acréscimo significativo do respetivo nível de utilizao. A taxa média anual de ocupao de cerca de 37% em 2015, representa uma acelerao expressiva em relao à de 32% do ano anterior e às de cerca de 30% nos anos mais atingidos por choques recessivos, aproximando-se dos níveis registados antes da crise de 2008.

Oferta e Procura na Hotelaria

Ano	Capacidade (1)			Dormidas			Taxa de Ocupao
	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Total	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Total	
2006	8 211	350	8 561	1 179 371	19 755	1 199 126	37,7
2007	8 153	609	8 762	1 184 375	19 679	1 204 054	37,5
2008	8 339	721	9 060	1 127 513	18 541	1 146 054	34,6
2009	8 566	820	9 384	1 004 804	20 603	1 025 407	30,1
2010	8 305	844	9 149	1 035 031	24 831	1 059 862	31,7
2011	8 465	822	9 287	1 033 525	23 049	1 056 574	30,9
2012	8 368	845	9 213	957 740	28 883	983 623	29,0
2013	8 267	943	9 210	1 054 112	36 639	1 090 751	32,1
2014	8 435	910	9 345	1 063 887	39 756	1 103 643	32,0
2015	8 687	905	9 592	1 272 430	46 790	1 319 220	37,0

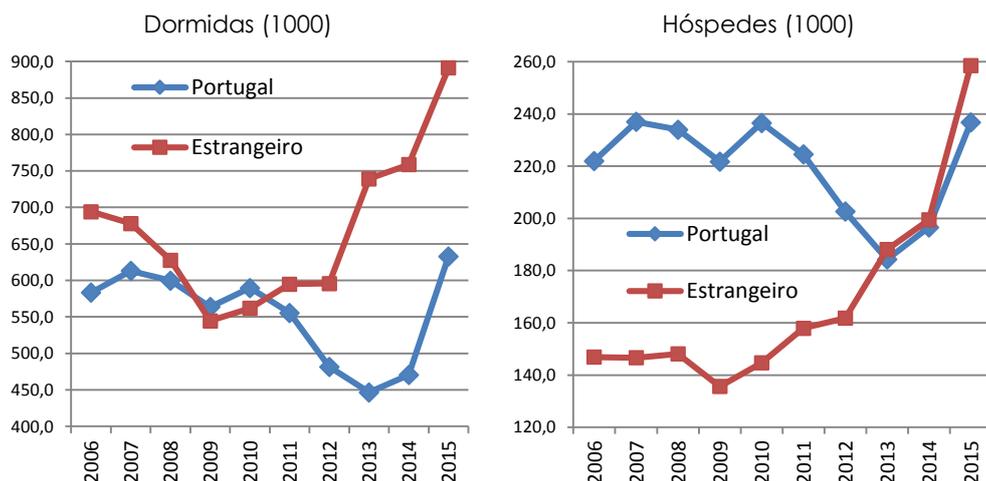
(1) Média anual da oferta mensal de camas.

Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

O mercado de residentes em Portugal contribuiu de forma significativa para a evoluo geral já que, para além do acréscimo absoluto de clientes da hotelaria, observou-se um aumento de estada média. Desta forma o total de dormidas atingiu um ponto que supera o nível máximo no ano de 2007.

Já o contributo de residentes em países estrangeiros decorreu apenas do número de hóspedes, visto a estada média ter-se mantido constante.

Procura – Principais Mercados
segundo a residência / nacionalidade

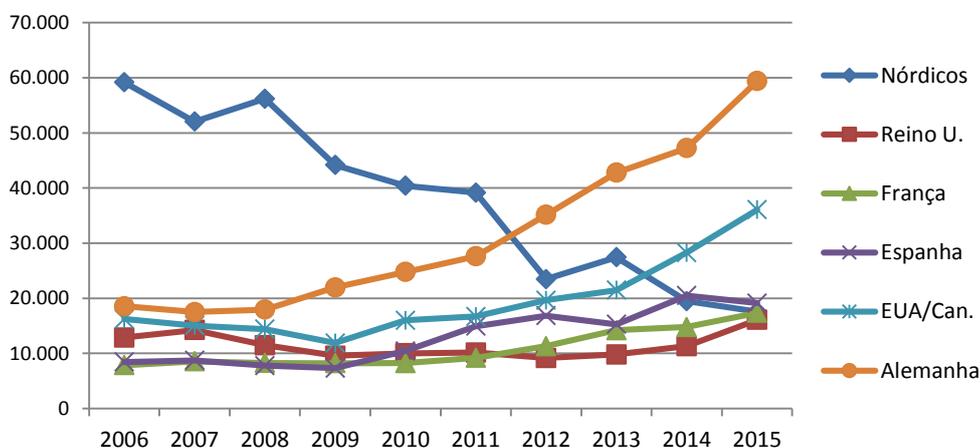


Entre os hóspedes residentes nos diversos países estrangeiros continuou a verificar-se um padrão de crescimento comparável ao do ano anterior, observando-se evoluções positivas pela maioria dos mercados dos principais países emissores.

Apenas o mercado espanhol registou pela primeira vez nos últimos anos, um decréscimo durante 2015.

Já o decréscimo do mercado formado pela agregação de países nórdicos insere-se na trajetória dos últimos anos.

Hóspedes segundo mercados estrangeiros emissores

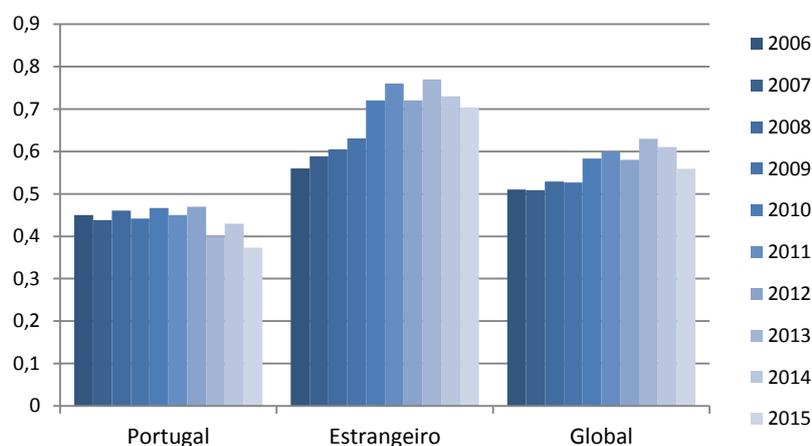


A evoluo do turismo durante o ano de 2015 voltou a ocorrer em simultâneo com a reduo da sazonalidade.

Esta característica tinha-se observado já em 2014, mas apenas por efeito da componente de residentes no estrangeiro.

Agora, em 2015, também se verifica pela parte de residentes em Portugal. Este fenmeno recente começa a concretizar a possibilidade de conjugar crescimento da procura com maior eficiência econmica através da reduo da sazonalidade.

Evoluo da Sazonalidade



Os dados de explorao das unidades hoteleiras em 2015, sejam de receitas, sejam os de despesas com pessoal, revelam acréscimos significativos na lógica dos processos de recuperao e crescimento.

Os valores atingidos em 2015 reposicionam-se em níveis próximos dos que se registavam por volta de 2008, quando se iniciaram quebras de procura associáveis a choques recessivos da crise, mas cujos sinais de retoma começaram a observar-se a partir dos anos de 2013 e 2014.

Explorao das unidades hoteleiras

Unidade: 1 000 euros

Anos	Receitas totais	Receitas de aposentos	Despesas com pessoal
2006	55 240,4	38 284,3	19 663,5
2007	56 115,1	39 320,7	18 957,3
2008	56 266,0	39 639,0	20 206,0
2009	50 578,2	36 621,5	20 349,1
2010	50 389,2	36 772,9	18 137,0
2011	48 242,9	35 104,9	19 028,8
2012	43 445,1	31 821,3	17 143,8
2013	46 450,0	34 321,7	16 684,7
2014*	46 215,6	34 294,1	17 258,7
2015*	55 997,4	41 844,8	19 994,8

* Neste ano não são incluídos dados sobre casas de hóspedes
 Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

Os dados sobre variáveis comuns aos serviços de hotelaria tradicional e de turismo em espaço rural continuam a refletir as características que são mais afetadas a cada um dos serviços.

As alteraes decorrentes do crescimento ao longo de 2015, aparentemente, reforçam a ideia da hotelaria tradicional dispor da capacidade de atrair mais clientes e de arrecadar mais proveitos para além dos de aposentos, enquanto o turismo em espaço rural beneficia mais pela procura de hóspedes residentes no estrangeiro com estadia média mais prolongada.

Dados de síntese e estruturas

Distribuio de variáveis em 2015

Variáveis	Hotelaria Tradicional	Turismo em Espaço Rural	Total
Estabelecimentos	55,3	44,7	100
Capacidade de alojamento	93,2	6,8	100
Pessoal ao serviço	94,4	5,6	100
Hóspedes	97,3	2,7	100
Dormidas (total)	96,5	3,5	100
Dormidas (resid. estrangeiro)	95,0	5,0	100
Dormidas (poca baixa *)	98,6	1,4	100
Proveitos totais	96,9	3,1	100
Proveitos de aposento	96,1	3,9	100
Despesas com pessoal	98,3	1,7	100

* Para efeitos de cálculo consideraram-se o 1.º e o 4.º trimestres.
 Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

11. TRANSPORTES

Os dados sobre o tráfego de passageiros nos transportes coletivos terrestres mostram reduzidas variações durante o ano de 2015.

Efetivamente, as estatísticas apuradas dos passageiros nos transportes urbanos e interurbanos mostram uma taxa média anual de -0,1%, totalizando distâncias de percursos medidos em quilómetros de +1,2% no mesmo período.

No ano anterior tinham-se registado variações com taxas superiores a 4% em módulo.

Tráfego de Passageiros nos Transportes Coletivos Terrestres

Carreiras		1000 Passageiros.				
		2011	2012	2013	2014	2015
<i>Interurbana</i>	Passageiros	7 283	7 414	7 623	7 297	7 338
	Passageiros/km	82 029	81 468	85 460	79 838	81 293
<i>Urbana</i>	Passageiros	998	1 355	1 478	1 429	1 379
	Passageiros/km	6 143	8 362	9 082	8 349	7 934

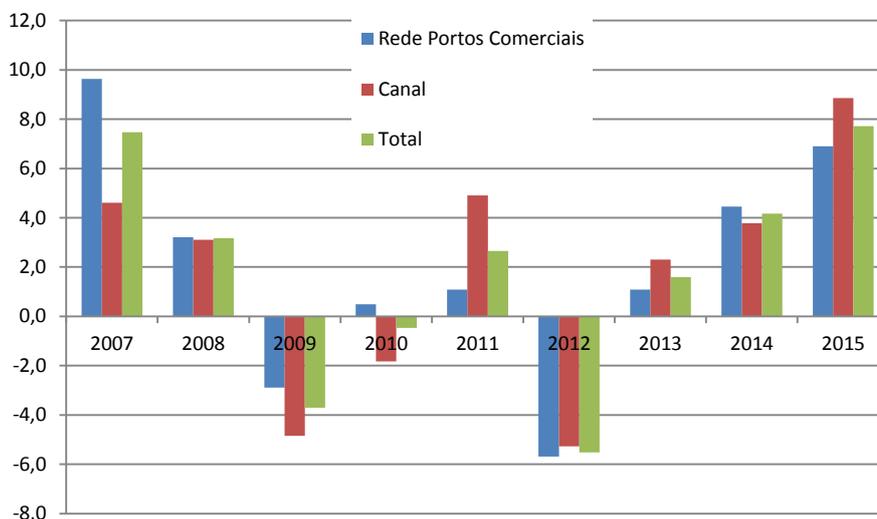
Fonte: SREA.

O tráfego de passageiros nos portos atingiu em 2015 um volume de 1,8 milhões de movimentos de embarque mais desembarque, passando cerca de 42% do total pelas infraestruturas marítimas do canal Horta-Madalena.

Em termos de evolução, os movimentos cresceram a taxas médias anuais na ordem de 7 a 8 por cento, representando uma aceleração em relação ao ano anterior, quando se situaram na ordem dos 4 por cento.

Movimento de Passageiros nos Portos Comerciais

Taxas médias de variações anuais



O tráfego de passageiros nos aeroportos durante o ano de 2015 atingiu o volume de 2,2 milhões de embarques mais desembarques, representando um crescimento à taxa média anual de 21,3% em relação ao ano anterior.

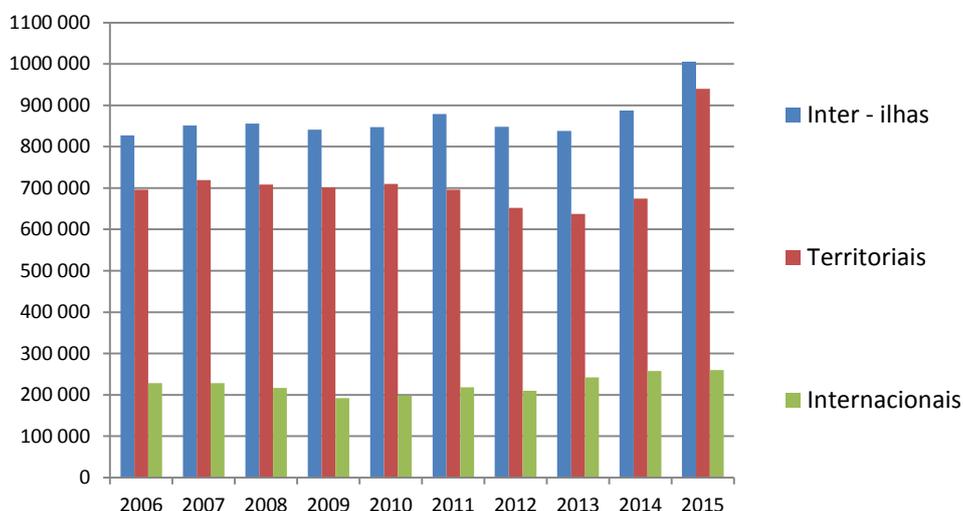
Esta evolução decorre de acréscimos nos diversos tipos de tráfego segundo as respetivas origens e destinos, mas incorpora um crescimento de intensidade excecional no tráfego territorial.

O crescimento esperado, segundo a linha de tendência a partir da recuperação do ano de 2013 para o de 2014, apontaria para um nível à volta do patamar histórico antes do choque de 2011, que se traduzia numa ordem de grandeza de 700 milhares de movimentos.

Todavia, o tráfego efetivamente registado ultrapassou os 900 milhares de movimentos.

Movimento de Passageiros nos Aeroportos, segundo o tipo de tráfego

Passageiros Embarcados + Desembarcados



O total de 2 129,9 mil toneladas movimentadas nos portos comerciais, durante o ano de 2015, representa um acréscimo em relação ao anterior, resultando matematicamente da evolução dos carregamentos.

Por sua vez, a quantidade de 8,6 mil toneladas movimentadas nos aeroportos, durante o ano de 2015, também representa um crescimento em relação ao ano anterior. Esta evolução decorre dos tráfegos inter-ilhas e internacional, já que o tráfego territorial registou um decréscimo.

Cargas Movimentadas

	2011	2012	2013	2014	2015
Aeroportos	9,7	8,6	7,9	8,3	8,6
Portos	2 846,1	2 317,6	2 168,8	2 084,0	2 129,9
Total	2 855,8	2 326,2	2 176,7	2 092,3	2 138,5

1 000 Ton.

Fonte: SREA.

Em 2015, as vendas de automóveis ligeiros mais as de comerciais somaram um total de 3 095 veículos.

As vendas de ligeiros representam uma componente bastante mais expressiva do que a de comerciais, mas os seus contributos foram proporcionalmente idênticos, tendo crescido à taxa médias anuais de 27,3% e de 25,5%, respetivamente.

Automóveis Novos Vendidos, por Tipo e por Ano

Unid.: N°

	2011	2010	2013	2014	2015
Total	3 305	1 967	2 113	2 410	3 095
Automóveis Ligeiros	2 553	1 614	1 768	2 003	2 558
Passageiros	2 547	1 608	1 758	2 001	2 554
Mistos	6	6	10	2	4
Automóveis Comercias.....	752	353	345	407	537

Fonte: SREA, Séries Estatísticas e Boletim Trimestral de Estatística.

12. EDUCAO

O total de alunos que frequentam as escolas da Região Autnoma dos Açores situa-se próximo de uma ordem de grandeza de cinco dezenas de milhar, cabendo cerca de 85% ao ensino regular e os 15% complementares a outras modalidades de ensino.

No ensino regular ainda se observam acréscimos de matrículas nas creches, mas as reduções, que por razões de origem demográfica começaram a registar-se no 1.º ciclo, têm vindo a revelar-se sucessivamente e de forma encadeada nos ciclos subseqüentes.

Matrículas nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade

Ensino Oficial e Particular

Unid.: N.º

Anos Letivos	Ensino Regular						Outras modalidades de ensino						TOTAL
	Creche	JJ	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Ensino Recorrente	Programa Oportunidade	PROFIJ	Ensino Profissional	Outros	PEREE	
2013/14	1.353	7.600	12.067	6.228	8.613	5.698	297	2.149	1.478	3.132		486	49.101
2014/15	1.468	7.539	11.811	6.053	8.276	5.456	272	1.217	1.472	3.547	768	760	48.639

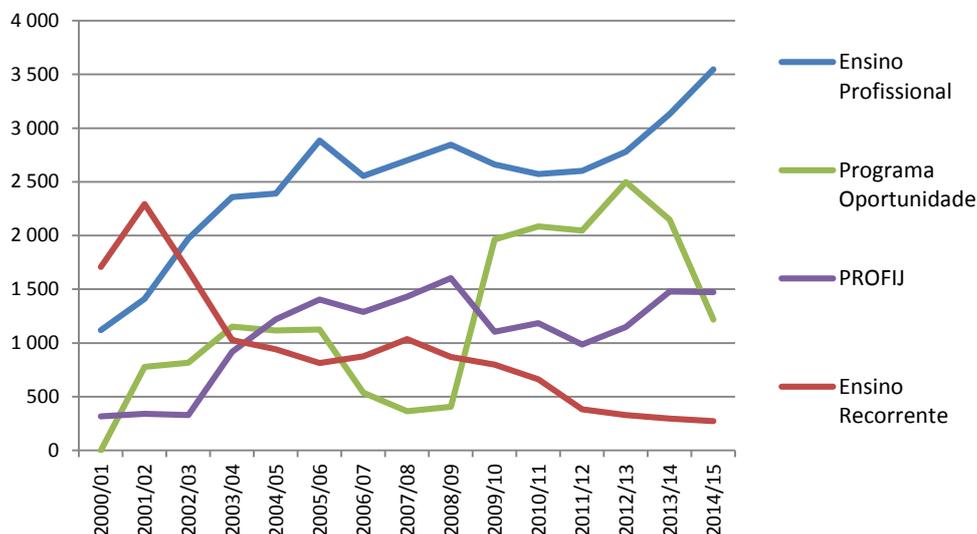
Fonte: Direo Regional da Educao.

O ensino profissional continua a evidenciar-se por uma certa regularidade de crescimento, traduzível numa linha de tendência global positiva.

Já o ensino recorrente parece caminhar para uma situao residual.

Por sua vez, as matrículas no Programa Oportunidade e no PROFIJ têm registado volumes significativos, mas com variações, e mesmo quedas mais intensas, que reduzem a delimitao de uma trajetória consistente.

Outras Modalidades de Ensino por ano letivo



A distribuição das matrículas dos alunos segundo os respetivos escalões etários reflete a progressão do ensino em termos de generalização de acesso escolar dos jovens em idade de formação académica formal.

Os últimos dados evidenciam os aumentos de matrículas decorrentes do alargamento da escolaridade obrigatória do nível geral do 3º ciclo para o do secundário.

Por exemplo, a taxa de escolarização de 56,5% dos alunos com 18 anos no ano letivo de 2014/2015 incorpora um acréscimo expressivo em relação ao ano anterior. Isto é, a progressão que já vinha decorrendo segundo um certo ritmo, foi acentuada pela institucionalização da obrigatoriedade até 18 anos.

Taxas de Escolarização por Idades e Anos Letivos

Ensino Oficial e Particular

IDADES	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
3 anos	59,5	65,7	64,4	65,6	68,1	66,8	66,9
4 anos	86,2	88,5	88,7	89,2	91,0	90,2	92,5
5 anos	97,4	98,6	97,5	97,2	100,0	100,0	100,0
6 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
7 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
8 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
9 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
11 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
12 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
13 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
14 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	99,5	99,0	100,0
15 anos	99,5	100,0	100,0	97,8	95,5	99,9	99,5
16 anos	91,9	90,3	92,8	92,4	92,9	97,2	100,0
17 anos	72,1	78,0	78,5	79,6	81,3	93,5	95,4
18 anos	41,3	44,7	46,9	48,8	49,3	51,6	56,5
19 anos	25,3	26,0	24,9	26,7	27,7	28,4	28,5

Fonte: Direção Regional da Educação.

O aproveitamento escolar, medido pelas taxas de transição ou de conclusão nos anos terminais de cada ciclo do ensino básico e secundário, atingiu o máximo de 87,5% no 4º ano do 1º ciclo do ensino básico no ano letivo de 2014/2015.

Nas fases (ciclos) seguintes observam-se taxas de aproveitamento inferiores, sendo a menor no 12º ano com 69,2%.

Entretanto foi no mesmo 12º ano que se verificou a progressão mais intensa em relação ao ano letivo anterior.

Aproveitamento Escolar, por Ano de Escolaridade (a)**Taxas de Transio ou de Conclusão**

Ensino Oficial e Particular – Currículo Regular

Ano de Escolaridade	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
4º	87,0	81,9	80,8	86,9	87,5
6º	87,9	83,6	80,1	80,6	86,7
9º	83,3	77,8	72,1	76,9	81,5
12º	60,2	57,7	60,6	60,4	69,2

%

a) Consideraram-se como representativos os anos terminais de cada ciclo do ensino básico e secundário.

Fonte: Direo Regional da Educao - Estatísticas da Educao.

No ano letivo de 2014/2015 o sistema de ensino oficial consubstanciava-se numa oferta que se traduzia em 40 unidades orgânicas, 174 edifícios escolares, 2 943 espaços escolares (salas, ginásios, laboratórios, etc.) e num corpo docente com 4 774 professores.

Este sistema de ensino apresenta dados que apontam no sentido de estabilizao e equilíbrio em termos das diversas componentes de estrutura e de distribuo por ilhas.

A consolidao atual do sistema de ensino inclui, a par de ajustamentos em equipamentos, a evoluo em termos de recursos humanos, particularmente de quadros de pessoal docente.

Distribuo por ilhas

Ensino Oficial – 2014/2015

Unid.: Nº

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	AÇORES
Unidades orgânicas..	1	21	7	1	3	3	2	1	1	40
Edifícios Escolares	6	88	35	5	9	16	11	3	1	174
Espaços Escolares.....	77	1 568	710	72	113	168	165	58	12	2 943
Pessoal docente	137	2 756	995	84	180	278	250	75	19	4 774

Fonte: Direo Regional de Educao.

13. DESPORTO

Os indicadores sobre a evolução desportiva apontam no sentido de um enquadramento de formação e organização em consolidação e com capacidade de resposta ao volume de equipas e atletas praticantes no âmbito das associações das diversas modalidades.

Efetivamente, os números, quer de técnicos, quer de árbitros/juízes, vêm-se situando à volta de mil agentes e cujos acréscimos durante o ano de 2015 favoreceram melhorias em termos de rácios face ao volume total de atletas inscritos que, por sua vez, até registou um certo decréscimo (-0,5%) no mesmo ano.

Também no âmbito de organização associativa, mais concretamente em termos de agentes com responsabilidade de direção, se observou um fenómeno com características idênticas ao referido no parágrafo anterior.

Evolução Desportiva

Unid.: N^o

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Atletas	21 844	23 261	23 802	23 619	23 112	23 001
Técnicos	1 078	1 124	1 116	1 065	979	1 031
Árbitros ou Juízes.....	1 067	1 049	1 028	1 043	918	1 038
Dirigentes ou Outros Agentes....	1 529	1 731	1 816	1 778	1 800	1 860
Clubes ou Entidades (a).....	383	404	462	396	394	396
Equipas ou Grupos Praticantes.	1 229	1 184	1 226	1 243	1 221	1 144

a) Somatório obtido a partir das diversas modalidades implica dupla contagem, já que há algumas modalidades praticadas num mesmo clube.

Fonte: Direção Regional do Desporto.

Entre as diversas modalidades, e pela representatividade atingida em termos de inscrições de atletas, continuam a destacar-se as de futebol (20,5%), voleibol (10,9%), futsal (10,6%), basquetebol (6,9%) e atletismo (6,1%).

Entretanto, os dados de cada uma destas modalidades mostram sinais de estabilização, com variações médias anuais a desacelerar ou, mesmo, a decrescer nalguns momentos.

Neste contexto, diferencia-se um pouco mais o caso do futsal pela intensidade relativamente maior do seu crescimento.

Indicadores –  poca de 2015

Unid.: N 

Modalidades	Atletas	Técnicos	�rbitros/ Juizes	Dirigentes / outros agentes	Clubes/ Enti- dades a)	Equipas/ Grupos Prati- cantes	N� jogos/ provas locais	N� Part. provas r�gionais	N� Part. provas na- cionais	Dura- co da época	Conc.
Andebol	865	30	45	42	11	45	493	334	126	6	7
Atletismo	1.402	55	124	72	33	63	1.000	387	170	8	12
Automobilismo	202	0	0	0	5	0	0	7	0	7	5
Badminton	530	13	6	10	10	29	140	101	30	7	6
Basquetebol	1.588	72	74	60	22	120	786	402	305	8	7
Bowling	126	3	0	11	1	11	16	0	5	4	1
Bridge	12	0	0	0	1	0	b)	b)	b)	b)	1
Canoagem	154	10	12	10	6	2	118	97	4	5	5
Ciclismo	486	22	19	85	18	15	440	142	69	10	6
Columbofilia	27	0	0	0	2	0	0	22	0	5	5
Dança Desportiva	152	7	2	0	7	1	67	0	34	8	2
Equitao	209	10	9	1	4	1	30	20	18	4	4
Esgrima	36	1	0	0	1	1	5	60	31	9	1
Futebol de 11	4.718	251	127	881	51	232	2.653	610	195	9	17
Futsal	2.441	147	107	335	50	171	1.812	510	160	9	17
Ginástica Aeróbica	163	6	14	0	2	11	70	143	102	6	2
Ginástica Rítmica	56	4	4	5	1	4	59	20	5	6	1
Golfe	458	5	1	17	2	40	181	375	57	11	2
Hóquei em Patins	239	13	23	34	4	20	155	144	72	6	6
Jetski	65	2	0	0	4	1	35	48	13	6	3
Judo	968	28	47	2	5	25	37	45	48	5	2
Karat�	902	45	79	18	14	6	291	107	66	10	10
Kickboxing/Full- Contact	314	13	9	12	8	13	69	40	40	5	5
Motociclismo	38	0	0	2	3	1	6	92	6	5	3
Natao	846	32	61	14	11	35	201	403	51	9	7
Parapente	22	0	0	0	2	1		b)			2
Patinagem Artística	280	10	66	2	7	13	147	64	61	6	6
Patinagem Velocidade	449	10	36	4	6	1	104	76	25	6	3
Pesca Desportiva	38	0	0	0	2	2		b)		0	2
Pesca Desportiva Alto Mar	20	0	0	0	2	1	1	0	20	1	2
Surf	133	3	9	7	9	1	15	197	20	9	3
T�nis	682	17	3	12	9	33	73	224	109	6	7
T�nis de Mesa	919	48	48	72	17	59	696	111	258	7	9
Tiro com Armas de Caça	74	0	0	0	5	4	78	43	0	10	5
Tiro de Precisão	198	7	18	37	4	15	170	94	37	10	4
Tiro com Arco	12	2	4	1	1	0	49	0	27	11	1
Vela	446	17	12	7	12	17	40	289	67	5	12
Voleibol	2.518	134	71	94	32	146	1.965	757	298	7	14
Xadrez	213	14	8	13	12	4	15	161	45	6	6
TOTAL	23.067	1.031	1.038	1.860	a)	1.144	12.017	6.118	2.574		

a) O total não corresponde ao somatório da coluna mas sim ao total de clubes existentes, já que muitos desenvolvem mais de uma modalidade.

b) As Associaoes (ou clubes) das modalidades em causa não têm a obrigatoriedade de nos enviar o registo da atividade local regional ou nacional por não terem celebrado qualquer contrato-programa com a DRD.

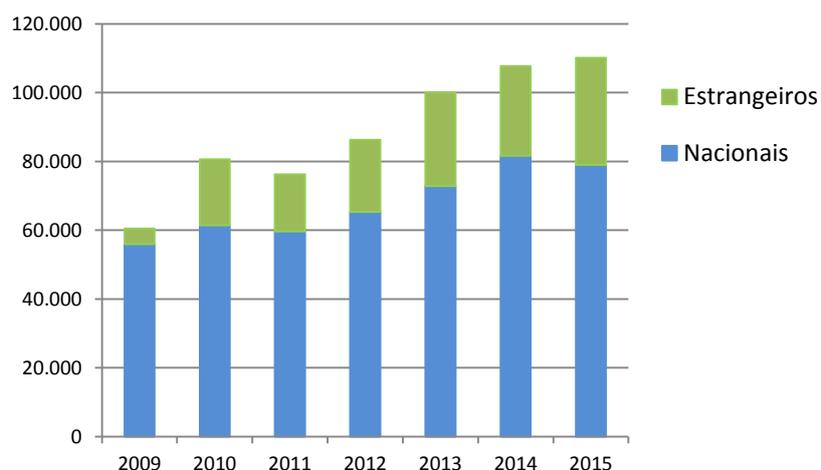
Fonte: Direo Regional do Desporto.

14. CULTURA

A procura de visitantes na rede de museus da RAA traduziu-se em 110,1 milhares de entradas durante o ano de 2015, correspondendo a um crescimento à taxa média anual de 2,2%.

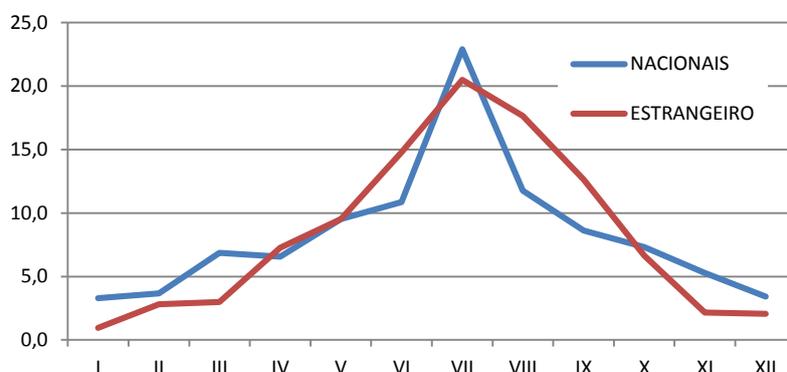
Este crescimento decorreu da evolução no número de visitantes do estrangeiro, tendo o número de visitantes nacionais seguido uma linha de moderação, mesmo de ligeiro decréscimo.

Visitantes aos Museus,
Segundo a nacionalidade



A distribuição da procura ao longo dos meses do ano mostra uma certa sazonalidade que é comum aos visitantes nacionais e estrangeiros. Entretanto, assinala-se uma maior proporcionalidade nos residentes no estrangeiro em meses da época alta de turismo, mais concretamente no ano de 2015 durante os meses de junho, agosto e setembro.

Distribuição mensal de visitantes em 2015



Os utilizadores das bibliotecas públicas e dos arquivos regionais solicitaram 121 milhares de consultas, que incidiram sobre 128 milhares de documentos durante o ano de 2015.

Estes números aproximam-se da consulta de um documento por solicitação de cada utilizador, havendo apenas cerca de sete mil documentos que foram solicitados em simultâneo com outros.

Bibliotecas e arquivos Públicos Regionais - 2015

Utilizadores e documentos consultados

Unid.: N°

Organismo	Utilizadores	Documentos
Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.....	44 324	63 295
Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.....	49 234	47 967
Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça – Horta....	27 141	16 299
Total	120 699	127 561

Fonte: DRC

A quantidade de agremiações e grupos culturais com finalidades de execução musical (filarmónicas) e, também, de dança (folclore) mantiveram-se durante o ano de 2015.

Já no caso da representação cénica (teatro), o número total de grupos em atividade decresceu, saldando-se por menos três grupos que no ano anterior.

Assinale-se entretanto que, apesar do decréscimo de quatro grupos de teatro (2 em S. Miguel e 2 na Terceira), entrou em atividade um novo grupo numa das ilhas que não dispunha de qualquer grupo no ano anterior (São Jorge).

Agremiaes e Grupos Culturais

Unid.: N

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	Total
Filarmnicas	1	36	24	4	14	13	8	1	1	102
Grupos de Folclore	2	25	19	1	2	9	6	1	0	65
Grupos de Teatro	0	8	13	1	1	2	2	1	0	28

Fonte: DRC.

15. SAÚDE

Em termos de medicina preventiva e de saúde pública foram realizados 55,2 milhares de inoculações nos centros de saúde da rede regional açoriana, durante o ano de 2015. Parte significativa das inoculações são aplicadas sob a forma de vacinações em crianças de menor idade, mas também se verificam em campanhas e cuidados mais específicos ou pontuais. O volume total de inoculações foi superior ao do ano anterior e ocorreu na generalidade das ilhas, excetuando-se apenas em áreas abrangidas por 4 dos 19 concelhos açorianos.

Também durante o ano de 2015, as consultas e os atendimentos nas urgências realizadas nos estabelecimentos de saúde pública atingiram, respetivamente, 724,2 milhares e 338,1 milhares.

Estes números traduzem crescimentos em relação ao ano anterior, sendo que as consultas se dirigiram mais para os centros de saúde e as urgências para os hospitais.

Assim, os atos médicos de atendimento nos centros de saúde desenvolveram-se no sentido de serviços de maior proximidade, enquanto os hospitais responderam principalmente a situações mais agudas e de emergência.

Consultas e Urgências

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Consultas.....	563 452	584 328	605 909	616 186	642 519	724 289
Centros de Saúde*	318 957	321 717	334 749	308 883	332 051	402 085
Hospitais.....	244 495	262 611	271 160	307 303	310468	322 204
Urgências	419 629	382 688	340 160	341 461	331 454	338 053
Centros de Saúde .	256 015	232 218	187 811	163 783	152 808	146 285
Hospitais	163 614	150 470	152 349	177 678	178 646	191 768

* Inclui consultas no Centro de Oncologia.

Fonte: Direção Regional de Saúde.

Em termos de serviços por internamento nos hospitais e centros de saúde foram tratados, durante o ano de 2015, cerca de 27 milhares de doentes, que permaneceram cerca de 176,5 milhares de dias.

Estes números traduzem decréscimos em relação ao ano anterior, principalmente de dias de permanência. Assim, a demora média traduziu-se em 6,5 dias, face a 6,9 no ano anterior.

Apesar da redução deste tipo de procura por serviços de saúde verificou-se um nível de utilização maior, traduzido numa taxa de ocupação de 55,6% em 2015, face a 54,4 no ano anterior. Esta variação foi possível pela redução da própria capacidade oferecida, traduzida numa lotação de 870 lugares-cama no último ano, face a 964 no ano anterior. A redução de lotação observou-se em centros de saúde com acessibilidades diretas na própria ilha a serviços hospitalares.

Internamento

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Doentes.....	29 072	29 309	28 682	29 225	27 889	27 361
Dias	206 874	206 293	201 916	198 153	191 303	176 529
Lotação.....	983	987	994	975	964	870
Demora média (dias)...	7,1	7,0	7,0	6,8	6,9	6,5
Taxa de ocupação (%).	57,7	57,3	55,7	55,7	54,4	55,6

Fonte: Direção Regional de Saúde.

Os meios complementares (de diagnóstico e de terapêutica) dos atos médicos atingiram 5,2 milhões de unidades durante o ano de 2015. Este volume total incorpora crescimentos de 3,5% e de 47,7%, respetivamente, nas componentes de diagnóstico e de terapêutica.

Esta evolução anual continua a aproximar-se em termos qualitativos do padrão de crescimento dos últimos anos.

Mais concretamente verificam-se certos alargamentos nos meios de terapêutica enquanto os meios de diagnóstico se integram aparentemente numa linha de crescimento de maior moderação.

Meios Complementares

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Diagnóstico ...	3 771 200	3 966 681	3 711 937	3 762 416	3 773 193	3 869 283
Terapêutica ..	589 672	802 399	897 054	791 096	904 648	1 336 586
Total	4 389 513	4 796 970	4 642 822	4 582 633	4 677 841	5 205 869

Fonte: Direção Regional de Saúde.

Os profissionais no sistema regional de saúde somaram um total de 4 764 elementos ativos, representando um acréscimo à taxa média anual de 1,2%.

Atendendo a uma certa estabilização dos totais de médicos e enfermeiros, aquele acréscimo decorreu da evolução noutros grupos profissionais, sendo que a variação proporcionalmente mais intensa, taxa média anual de 3,2%, se registou no grupo de técnicos de diagnóstico e terapêutica. Este grupo, aliás, vem revelando uma progressão significativa nos últimos anos.

Pessoal

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Médicos.....	541	515	531	565	580	574
Enfermeiros	1 388	1 403	1 459	1 449	1 459	1 448
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	276	295	306	308	315	325
Outro pessoal	2 341	2 347	2 367	2 347	2 354	2 417
Total	4 546	4 560	4 663	4 669	4 708	4 764

A rede de serviços regionais de saúde nas diversas ilhas distribui-se segundo as funcionalidades das valências exercidas em concordância com as respetivas características e áreas territoriais de abrangência.

A medicina preventiva e/ou de primeiro atendimento, como por exemplo os atos de profilaxia e de consultas, encontram-se, simultaneamente, mais generalizados e dispersos territorialmente.

Já os mais associados a medicina curativa e com maior intensidade operativa, como os que implicam internamento de doentes, ocorrem de forma mais frequente nas ilhas onde se localizam as instalações de unidades de saúde mais diferenciadas.

Distribuição por ilhas 2015

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	Total
Profilaxia	1 163	31 817	12 606	975	1 441	3 200	3 231	661	103	55 197
Consultas	18 503	378 073	156 946	18 844	23 180	36 233	78 620	11 821	2 069	724 289
Doentes	473	15 778	6 097	249	730	679	3 089	266	0	27 361
Lotação	18	389	219	17	31	63	116	17	0	870
Diagnósticos	35 842	1 976 022	1 036 227	87 180	85 627	203 554	396 928	47 546	357	3 869 283
Médicos	5	321	158	3	5	14	64	3	1	574

Fonte: Direção Regional de Saúde

16. SEGURANÇA SOCIAL

O valor de 235,9 milhões de euros das receitas da segurança social incorpora um crescimento à taxa média de 3,2% durante o ano de 2015.

Por outro lado, o total de despesas de 213,7 milhões de euros, no mesmo período, representa um decréscimo, traduzido numa taxa de -2,0%.

Consequentemente, foi alargado o saldo das receitas sobre as despesas, que atingiu 22,2 milhões de euros e 2015, enquanto no ano anterior se tinha ficado por 10,7 milhões de euros.

Esta evolução beneficiou do saldo anual dos regimes contributivos (Contribuições – Prestações de regimes) traduzido no montante de 109,1 milhões de euros durante 2015, o que corresponde ao incremento de cerca de 16 milhões de euros em relação ao ano anterior.

Receitas e Despesas Correntes

1 000 Euros

	2012	2013	2014	2015
Receitas.....	217 037	225 725	228 707	235 920
Contribuições.....	196 903	208 558	211 306	219 244
Rendimentos.....	2 220	1 356	1 428	1 086
Outras.....	17 914	15 811	15 973	15 590
Despesas.....	206 189	210 453	218 031	213 739
Prestações dos regimes* ...	118 770	119 019	118 218	110 105
Ação Social.....	60 747	63 412	64 013	64 353
Administração e outras	26 672	28 022	35 800	39 281
Saldo (Receitas – Despesas) .	10 848	15 272	10 676	22 181
Saldo (Contrib. –Prestaç.)	78 133	89 539	93 089	109 139

* Conforme nova Lei de Bases.

Fonte: CGFSS.

O decréscimo total de despesas com prestações dos regimes decorreu, sobretudo, de componentes associadas a situações de desemprego.

De facto, desagregando as despesas segundo as respetivas categorias de classificao, verifica-se que algumas até cresceram (Rendimento Social de Insero, Proteo Familiar), mas foram as mais associadas a desemprego que determinaram o sentido da variao total. Mais concretamente, o volume da reduo na rubrica "Repartico-Regime Geral (inclui Desemprego)  da mesma ordem de grandeza da reduo verificada no total, isto , cerca de 8 milhões de euros.

Despesas – Prestao dos Regimes

1 000 Euros

	2012	2013	2014	2015
Rendimento Social de Insero	17 702	17 316	16 694	17 168
Subsídio Social de Desemprego/provisório/majorao.....	8 198	9 000	9 650	9 121
COMPAMID *	1 557	1 138	762	845
Regime Não Contributivo	2 382	2 081	1 691	1 567
Regime Transitório dos Rurais	0	0	0	0
Regime Especial de Seg. Social das Ati. Agrícolas.....	1 057	971	884	767
Subsídio Social na Maternidade.....	1 191	1 192	1 158	1 159
Proteo Familiar	25 227	25 235	26 929	27 145
Prestao Sociais.....	3 258	2 004	2 169	2 117
Repartico - Regime Geral (Desemprego)	57 717	59 633	58 064	50 029
Políticas Ativas de Emprego e Formao Profissional	481	449	216	188
TOTAL	118 770	119 019	118 218	110 105

* Complemento para aquisio de medicamentos pelos idosos (DLR n4/2008/A, de 26 de Fevereiro).

Fonte: CGFSS.

O total de 49.782 pensionistas em 2015 corresponde a um crescimento  taxa média anual de 0,5%.

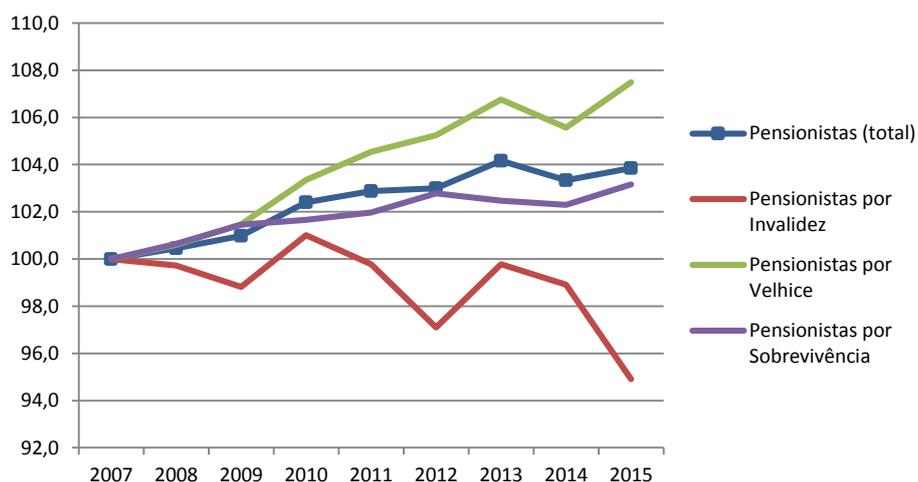
Para esta evoluo anual contribuir os acréscimos em pensionistas por sobrevivência e, principalmente, por velhice.

Aliás, o total de pensionistas parece começar a situar-se num patamar de equilíbrio entre acréscimos de pensionistas por velhice, segundo variao próximas de uma trajetória positiva, e quebras de pensionistas por

sobrevivência, segundo variações com alguma irregularidade, mas com tendência global negativa.

Pensionistas da Segurança Social

(Índice base 2007)



As despesas de Ação Social mantiveram-se à volta de 64 milhões de euros, registando um ligeiro acréscimo em termos nominais, que correspondeu a uma taxa média anual de apenas 0,5% em 2015.

Atendendo à relativa estabilidade no volume total de Despesas de Ação Social, as variações ao longo do ano de 2015 verificaram-se entre as respetivas rubricas.

De facto, e grosso modo, os acréscimos nas rubricas de Invalidez e Reabilitação e de Terceira Idade foram compensados, estatisticamente, por decréscimos nas rubricas de Infância e Juventude e de Família e Comunidade.

Despesas – Ação Social

1 000 Euros

	2012	2013	2014	2015
Infância e Juventude.....	28 867	28 563	30 314	29 996
Família e Comunidade	15 031	17 272	15 045	14 526
Invalidez e Reabilitação	4 669	4 729	5 514	6 034
Terceira Idade	12 180	12 848	13 141	13 797
Total.....	60 747	63 412	64 014	64 353

Fonte: CGFSS.

17. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Os indicadores elaborados pelo INE, no âmbito do Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e da Comunicação pelas Famílias (IUTICF), mostram que em 2015 cerca de ¾ dos agregados familiares possuíam computador, que dispunham de ligação à internet e à qual tinham acesso através de banda larga. Mais concreta, e respetivamente 75,5%, 75,9% e 74,8% dos agregados familiares.

Já em termos de utilização destes meios de informações e comunicação correspondiam 72,1% dos agregados no caso dos próprios computadores e 71,0% no caso das ligações à internet.

Estes elementos evidenciam níveis significativos no grau de cobertura e, também, de utilização dos meios disponíveis, integrando-se no processo de difusão e expansão em curso nos últimos anos. Em 2007 só cerca de metade dos agregados familiares possuíam computador e a utilização de internet era praticada por menos de um terço daqueles mesmos agregados.

A evolução na Região Autónoma dos Açores tem vindo a decorrer no âmbito das fases de introdução e difusão das tecnologias em presença, desde os próprios computadores em primeiro lugar, depois as ligações à internet e finalmente a banda larga.

Evolução de Tecnologias de Informação e de Comunicação nos Agregados Domésticos - RAA

Unidade: %

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Posse de computador	50,0	51,6	56,0	61,2	64,8	67,3	67,5	71,5	75,5
Ligação à Internet	39,9	41,1	46,7	54,0	59,6	64,1	66,3	70,0	75,9
Banda Larga	32,5	38,7	45,5	51,1	59,2	63,5	66,1	69,0	74,8
Utilização de computador	37,4	39,9	42,7	48,7	52,4	60,6	64,4	68,0	72,1
Utilização de Internet	30,5	35,5	36,8	44,6	50,3	58,5	63,1	67,0	71,0

Fonte: INE. / SREA.

Presentemente, e no contexto da distribuição por regiões do país, verifica-se que a RAA atingiu um grau de disponibilidade de meios assinalável, ao mesmo tempo que apresenta uma certa margem para crescer em termos de utilização.

**Distribuio por Regiões, em 2015, de TICs
nos Agregados Domésticos**

Unidade: %

	Posse de computador	Ligao à Internet	Banda Larga	Utilizao de computador	Utilizao de Internet
Portugal.....	71,1	70,2	68,5	69,2	68,6
Norte.....	68,3	66,9	64,3	64,4	63,9
Centro.....	68,2	65,9	64,4	65,6	63,7
Lisboa.....	78,7	79,2	78,1	79,0	79,4
Alentejo.....	61,9	61,2	59,7	65,3	64,5
Algarve.....	69,2	69,1	68,2	72,2	72,3
R. A. Açores.....	75,5	75,9	74,8	72,1	71,0
R. A. Madeira.....	74,4	74,0	73,4	67,7	67,9

Fonte: INE.

Continuando na presente distribuio por regiões, mas restringindo agora ao âmbito de pessoas com idades entre os 16 e os 74 anos, quer em operaes de comércio eletrnico para fins privados, quer em operaes de preenchimento e envio de formulários oficiais para organismos da Administrao Pública através da internet, verifica-se que as utilizaes na RA Açores se situam próximas do padrão médio a nível do país, isto , de cerca de um quarto daquelas pessoas.

Mais concretamente, se as pessoas a nível do conjunto do país fazem operaes de comércio em 23% dos casos e com a administrao pública em 28% dos casos, a nível da RA Açores fazem, respetivamente, em 25% e 27%.

**Distribuio por Regiões, em 2015, de TICs
pelas Pessoas entre 16 e 74 anos**

Unidade: %

	Internet	Comércio eletrnico	Administrao Pública
Portugal.....	69	23	28
Norte.....	64	19	22
Centro.....	64	19	26
Lisboa.....	80	30	42
Alentejo.....	65	22	24
Algarve.....	72	23	26
R. A. Açores.....	71	25	27
R. A. Madeira.....	68	21	24

Fonte: INE.